

RELATÓRIO ANUAL 2020

CRESCIMENTO À VISTA





ÍNDICE

Editorial.....	4
Sobre a Abdib.....	12
Gestão.....	16
Comitês e grupos de trabalho.....	18
Comitê de Financiamento e Garantias.....	20
Comitê de Sustentabilidade.....	22
Comitê Legal e Tributário.....	24
Comitê de Relações Internacionais.....	26
Comitê de Desestatização.....	28
Comitê de Engenharia.....	30
Comitê Estratégico do Setor Elétrico.....	32
Comitê de Geração de Energia.....	34
Comitê de Transmissão de Energia.....	36
Comitê de Iluminação Pública.....	38
Comitê de Rodovias.....	40
Comitê de Ferrovias.....	42
Comitê de Aeroportos.....	44
Comitê de Mobilidade Urbana.....	46
Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.....	48
Comitê de Resíduos Sólidos.....	50
Comitê de Indústria.....	52
Planos de trabalho dos comitês 2020.....	54
Encontros e debates.....	64
Eventos.....	76
Educação corporativa.....	80
Comunicação.....	82
Agenda com Autoridades Públicas.....	84
Investimentos em Infraestrutura.....	86
Committees and Work Groups.....	88
Conselhos e empresas associadas.....	96

PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA 2020

DEPOIS DE UM PERÍODO CONTURBADO ECONOMICAMENTE, EM QUE A TAXA DE INVESTIMENTO NA ECONOMIA CAIU QUATRO ANOS SEGUIDOS DE FORMA AGRESSIVA, O BRASIL APRESENTA UM AMBIENTE MAIS FAVORÁVEL À RETOMADA.

Atualmente, o país reúne algumas variáveis como juros, inflação e câmbio, que fomentam a produção e as exportações. De forma também positiva, o patamar das reservas internacionais e a menor interferência do governo nos preços administrados constituem um ambiente mais propício aos investimentos. Além disso, o setor privado tem sentido de forma positiva as ações adotadas pelo governo federal para promover o investimento privado em infraestrutura. Falta um ambiente político mais confortável ao investidor estrangeiro, com maior harmonia entre os poderes e segurança jurídica, bem como a recomposição do investimento público em infraestrutura, que de maneira complementar ao privado, mostrará toda a potencialidade do setor em recolocar o país em uma nova rota virtuosa de aumento de competitividade.

1. FRISCHTAK, C. E MOURÃO, J.; O estoque de infraestrutura no Brasil: uma abordagem setorial, 2017.

Nossas projeções mostram que em 2019, embora pouco, o investimento em infraestrutura cresceu, devendo atingir R\$ 131,7 bilhões, ou 1,86% do PIB, contra R\$ 122,8 bilhões em 2018. Nos últimos 15 anos o Brasil investiu não mais do que 2,40% do PIB frente à necessidade de investir 4,31% do PIB por ano, ao longo de no mínimo dez anos seguidos, para reduzir gargalos à competitividade e aumentar a produtividade. Os baixos investimentos nesse período tiveram



Venilton Tadini
Presidente-executivo da Abdib

como consequência uma forte queda no estoque de infraestrutura¹, que na década de 1980 era de 58,3% e chegou a 36,2% do PIB em 2016. Ter uma infraestrutura condizente com o potencial do país requer um esforço grandioso, em que fontes de financiamento, parceiros de investimentos e a abertura do mercado demandam uma visão pragmática.

Como se sabe, os investimentos em infraestrutura estão muito baixos, tanto por parte do setor privado quanto do setor público. É fato que o país precisa manter o esforço para reorganizar as contas públicas para que o Estado possa atuar de forma responsável nas despesas de custeio e em serviços essenciais à população. De maneira premente, o Estado não deveria desprezar algumas alternativas de dinamismo da

economia via investimento público na infraestrutura. Felizmente, a expressiva queda de juros e a reforma da previdência colocam as contas públicas em situação mais confortável e juntamente com o esforço do Congresso em entender à necessidade e à urgência das reformas, permitem mais espaço para investimentos.

Com isso, em 2020, as expectativas para a economia são mais promissoras a despeito do mar revolto pela ótica internacional. Na infraestrutura, sobretudo devido às iniciativas em curso em setores como petróleo e gás natural, saneamento básico, energia elétrica e transportes, boas notícias devem surgir. Há reformas regulatórias importantes em curso nesses segmentos, bem como mudanças estruturais nos mercados que irão impulsionar investimentos. Outra ação importante é a modernização do marco regulatório das concessões e PPPs (PL 7.063/2017), que tem a diretriz de inserir na regulação avanços em diversos temas, como financiamento, garantias e mitigação de riscos, por exemplo, o que é extremamente relevante para o sucesso dos contratos no longo prazo.

No setor ferroviário, há processos de renovação de concessões e novos projetos em estruturação para serem posteriormente licitados aos investidores privados. Juntos, eles podem injetar R\$ 62 bilhões em novos investimentos durante o período da concessão para expandir e aumentar a produtividade do segmento. Os investimentos estimados para o setor serão determinantes para que 31% das cargas brasileiras passem a ser transportadas por ferrovias, contra 15% atualmente.

O programa de renovação foi iniciado em 2015 e demorou muito para render resultados devido a excessos de burocracia e a questionamentos dos órgãos de controle. O lado bom da história é que há vários projetos-executivos prontos, o que reduz bastante o tempo para inaugurar os

canteiros de obras. Em 2019, após mais de dez anos sem licitações no setor, a Ferrovia Norte – Sul foi leiloada com investimentos previstos de R\$ 2,7 bilhões em 1.537 km iniciando a retomada dos investimentos nas ferrovias.

É importante ressaltar que, o Brasil possui uma densidade ferroviária de apenas 3,5 km/mil km². São números extremamente baixos se comparados a outros países com extensão continental similar como, por exemplo, os Estados Unidos, com uma densidade de 29,9 km/mil km², China com 13,2 km/mil km² e Canadá com 7,8 km/mil km².

Além de a malha ferroviária ser extremamente subaproveitada frente à extensão territorial brasileira, o transporte está concentrado em granéis sólidos (minérios e grãos). O transporte de carga geral corresponde a apenas 4% do total movimentado por meio de trilhos, o que impacta sobremaneira o custo logístico das diversas mercadorias brasileiras. Diversificar o transporte de mercadorias com maior participação da carga geral e ampliar o uso das ferrovias para os passageiros são os grandes desafios no setor ferroviário.

Na área rodoviária, o atual plano do governo federal contém 9.736 quilômetros de rodovias programadas para licitação nos próximos quatro anos, que podem significar R\$ 86 bilhões em novos investimentos, com grande parte desses aportes ocorrendo nos primeiros anos da concessão.

NOS ESTADOS, TAMBÉM EXISTEM PROGRAMAS DE CONCESSÃO DE RODOVIAS EM CURSO E PROGRAMADOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS. EM SÃO PAULO, POR EXEMPLO, A RODOVIA PIRACICABA – PANORAMA (PIPA) PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 14 BILHÕES EM 1.273 KM DE EXTENSÃO DURANTE O PERÍODO CONCEDIDO.

EM AEROPORTOS, IMPORTANTES AVANÇOS FORAM ALCANÇADOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS. O LEILÃO DE 2019, EM QUE HOUVE GRANDE PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO INTERNACIONAL, COMPROVA O SUCESSO DO MODELO DE CONCESSÃO.

Como resultado das licitações programadas, a malha federal de rodovias pavimentadas concedidas à iniciativa privada irá aumentar de 15% para 30% no mesmo período.

A abertura do setor para operação de companhias estrangeiras foi um marco importante para a aviação brasileira. O próximo leilão, previsto para 2020, prevê a licitação de 22 aeroportos, com expectativa de investimentos de R\$ 5 bilhões ao longo dos próximos anos.

No saneamento básico a perspectiva também é positiva. Novos projetos de investimento privado devem surgir no setor de água e esgoto após a votação da reforma regulatória, projeto de lei 4.162/2019, em curso no Congresso Nacional. Por meio da modernização da legislação do setor, com ampliação da segurança jurídica e da estabilidade regulatória será possível atrair novos investimentos para melhoria no atendimento da população. Há também regras em prol da privatização de companhias estaduais e incentivo para a prestação dos serviços de forma regionalizada.

O setor investiu em 2019 apenas R\$ 14,7 bilhões. Segundo as estimativas da Abdib, são necessários investimentos anuais de R\$ 30 bilhões pelos próximos dez anos para que o setor caminhe para a universalização. As reformas em andamento são importantes para diminuir o hiato entre o investimento realizado e a necessidade de investimentos. Esse horizonte promissor faz com que muitos agentes

passem a considerar o saneamento básico como o novo pré-sal brasileiro, tamanha é a quantidade de oportunidades.

O setor de petróleo e gás natural tem tudo para voltar a impulsionar a atividade econômica depois de anos de reorganização regulatória e o retorno de licitações de blocos exploratórios. Estão previstos investimentos superiores a R\$ 1 trilhão até 2030 a partir dos leilões realizados nos últimos três anos, incluindo os volumes excedentes da cessão onerosa do pré-sal, o que pode gerar mais de 400 mil empregos adicionais. Só a Petrobras deve investir próximo de R\$ 50 bilhões em 2020, correspondendo a 4,5% da formação bruta de capital fixo, com uma perspectiva que os investimentos cheguem a R\$ 80 bilhões em 2023.

Há também oportunidades, especialmente na exploração do pré-sal, para maiores investimentos privados, que em 2018 responderam por 19% do total investido. Neste sentido, se faz necessário e fundamental para o setor buscar novas formas de aumento da participação privada, sejam companhias nacionais e internacionais.

O potencial é enorme e a produção brasileira poderá saltar dos atuais 3,0 milhões para 7,5 milhões de barris por dia em 2030. A extração de gás natural deverá atingir mais de 150 milhões m³/dia. Além de empregos, há perspectiva de reativação da indústria fornecedora dos setores de óleo e gás natural e tendência de recuperação de arrecadação pública de impostos, royalties e participação especial, contribuindo para o ajuste fiscal pelo lado da arrecadação.

O bom aproveitamento deste potencial é essencial visto que uma energia finita só tem valor e gera riqueza se aproveitado no momento em que as transformações do mercado imputam. O setor de petróleo ressurgiu com inúmeras potencialidades e externalidades com inúmeros ganhos que o tempo não permite errar.

O segmento de energia elétrica tem grande importância no cenário atual de reativação da atividade econômica e aumento da competitividade da indústria. Para os próximos anos são estimados uma necessidade anual de R\$ 55,4 bilhões em investimentos.

Novos aportes devem ocorrer nos setores de transmissão, distribuição e geração. Atenção especial para a geração novas fontes de energia limpa, como eólica e fotovoltaica, que devem ser incentivadas com o aproveitamento do potencial natural brasileiro e incremento da matriz energética nacional.

A capitalização da Eletrobrás, caso aprovada, será importante para recuperar a capacidade de investimentos da empresa dos atuais R\$ 4,5 bilhões em 2019 para cerca R\$ 12,0 bilhões nos próximos anos, nível esse já atingido em 2014, contribuindo para a segurança do sistema, gerando empregos e reativando toda a cadeia fornecedora de bens e serviços que nos últimos anos operou de forma ociosa. Resolver questões regulatórias, como o risco hidrológico, por exemplo, são medidas importantes e necessárias para continuidade do sucesso dos leilões e atração da iniciativa privada.

Em estados e municípios também surgem muitas oportunidades. Nestes entes subnacionais, exemplos congregam os setores de iluminação pública, resíduos sólidos, saneamento básico e mobilidade urbana. São setores promissores para o capital privado e com elevado nível de externalidades positivas para a sociedade. O BNDES criou uma superintendência para funcionar como uma fábrica de projetos, suprindo um dos principais gargalos para a expansão do investimento privado. A área já trabalha com 60 projetos de desestatização – concessão, PPPs e privatizações – que podem significar investimentos de R\$ 191 bilhões. Adicionalmente, após visitas aos 26 estados e ao Distrito Federal, o banco mapeou 114 projetos, indicados pelos

próprios governos estaduais, passíveis de estruturação, modelagem e licitação. Começam a proliferar ações para reforçar a estrutura pública responsável pela condução de programas e projetos de concessões, o que é bom.

Em mobilidade urbana, a instituição da Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) será um importante vetor para o desenvolvimento do transporte de passageiros nas principais áreas metropolitanas brasileiras. O Brasil possui, segundo o IBGE, cerca de 70 regiões classificadas como metropolitanas.

COM A CRIAÇÃO DA AMT, SERÁ POSSÍVEL INTEGRAR O TRANSPORTE NOS GRANDES CENTROS URBANOS DE FORMA EFICIENTE E SUSTENTÁVEL, CONTRIBUINDO PARA SOLUCIONAR A QUESTÃO DO DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO, COM UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA E RETORNO ECONÔMICO À SOCIEDADE.

Diante disso, com a perspectiva dos projetos que estão sendo estruturados, precisaremos de todas as fontes de financiamento possíveis. Precisaremos trabalhar para o amadurecimento do mercado de capitais e a diversificação de fontes internacionais. Bancos multilaterais tem se movimentado e o BNDES seguirá sendo central, sobretudo para projetos estruturantes. Espera-se também uma presença mais expressiva dos fundos de pensão, dando liquidez ao mercado de dívida privado, ajudando na expansão da infraestrutura. Com o alinhamento que vemos entre Ministério da Infraestrutura, Programa de Parcerias de Investimentos e Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura temos boas chances de retornamos ao caminho dos investimentos estruturantes e de longo prazo em um setor indutor de desenvolvimento, emprego e ganhos para todo o país.

POSITIVE OUTLOOK FOR 2020

AFTER A PERIOD OF ECONOMIC TURMOIL, WHEN INVESTMENT RATE PLUNGED FOR FOUR SUCCESSIVE YEARS, BRAZIL'S ENVIRONMENT IS MORE FAVORABLE FOR AN ECONOMIC RECOVERY.

Current inflation, and interest and exchange rates in the country foster production and exports. In addition, the level of international reserves and less government interference in pricing promote a better environment for investments. Moreover, the private sector has been responding positively to the initiatives of the federal government to promote private investment in infrastructure. Foreign investors still feel the need for a more comfortable political environment, with greater legal security and harmony between the powers, as well as the resumption of public investment in infrastructure, complementing private investment, in order to show the sector's potential to put the country back on a virtuous track of increasing competitiveness.

Our forecasts show that investment in infrastructure increased in 2019 (albeit at a slow pace), reaching around R\$ 131.7 billion (1.86% of GDP), compared to R\$ 122.8 billion in 2018. In the past 15 years, Brazil has not invested more than 2.4% of GDP, while it needs to invest at least 4.31% of GDP per year for ten years in order to reduce competitiveness bottlenecks and increase



Venilton Tadini
President of Abdib

productivity. The low investment rates in the period caused a sharp decline in infrastructure inventory, which were at 58.3% in the 1980's and reached 36.2% of GDP in 2016. Having an infrastructure compatible with the country's potential requires a considerable effort, as sources of funding, investment partners and the market opening demand a pragmatic view.

The level of both private and public investments in infrastructure is very low. It is undeniable that the country must keep its efforts to reorganize the public accounts, so that the State may responsibly pay for its expenses and provide essential services for the population. It is imperative that the State not overlook alternatives for increasing economic dynamism via public investment in

infrastructure. Fortunately, the sharp decrease in the interest rate and the pension reform have put the public accounts in a better condition and, together with the Congress' efforts to understand the necessity and urgency of the reforms, created more room for investments.

Thus, the prospects for the economy in 2020 are more promising, despite the turmoil seen on the international front. Good news is expected in the infrastructure area, especially due to undergoing initiatives in sectors such as oil and gas, basic sanitation, electricity and transportation. Important regulatory reforms are being carried out in these segments, as well as structural changes in the markets that will boost investments.

In the railroad sector, concession renewal processes and new projects are being structured to be subsequently tendered to private investors. Together, they could inject R\$ 62 billion in new investments within the concession term to expand and increase productivity in the segment. The expected investments in the sector will play a major role in increasing the percentage of the Brazilian cargo transported via rail to 31%, up from the current 15%.

The renewal program was launched in 2015 and took long to produce results, due to red tape and questions from control bodies. On the bright side, many executive projects are ready, reducing the time necessary before construction can begin. In 2019, after more than 10 years without bidding processes in the sector, the North-South Railroad was auctioned, with investments estimated at R\$ 2.7 billion over 1,537 km, resuming investments in railroads.

We highlight that the Brazilian railroad density is a mere 3.5 km/1,000 km². These figures are extremely low when compared to similar

continent-sized countries, such as the United States (29.9 km/1,000 km²), China (13.2 km/1,000 km²) and Canada (7.8 km/ 1,000 km²).

In addition to an extremely underused railroad network, given the Brazilian land area, transportation is focused on solid bulk materials (ore and grains). General cargo transportation accounts for only 4% of the total cargo transported by rail, dramatically impacting logistics costs of the range of Brazilian goods. Diversifying the range of transported goods, increasing the share of general cargo and increasing passenger transportation are the biggest challenges of the railroad sector.

In the road segment, the federal government plans to tender 9,736 kilometers of highways in the next four years, potentially resulting in investments of R\$86 billion, concentrated in the first years of concession. After the scheduled bidding processes, the federal highway network granted to the private initiative will increase from 15% to 30% in the same period.

STATES ARE FOLLOWING SUIT, WITH HIGHWAY-CONCESSION PROGRAMS BEING RUN AND SCHEDULED FOR THE NEXT YEARS. IN SÃO PAULO, FOR EXAMPLE, THE PIRACICABA-PANORAMA HIGHWAY (PIPA) IS EXPECTED TO RECEIVE INVESTMENTS OF R\$ 14 BILLION THROUGHOUT 1,273 KM OVER THE TERM GRANTED.

IN THE AIRPORT SECTOR, MAJOR ADVANCES WERE ACHIEVED OVER THE PAST YEARS. THE AUCTION HELD IN 2019, WHICH HAD A GREAT INTERNATIONAL PRIVATE CAPITAL PARTICIPATION, HAS PROVEN THE SUCCESS OF THE CONCESSION MODEL.

The opening of the sector to foreign companies was an important milestone for the Brazilian aviation sector. The next auction, scheduled for 2020, comprises the bidding of 22 airports, with investments estimated at R\$ 5 billion over the next years.

In basic sanitation, the outlook is positive as well. New private investment projects may arise in water supply and sewage collection after the voting of the regulatory reform, bill 4162/19, in the National Congress. The modernization of the law applicable to the sector, increasing legal security and regulatory stability, will attract new investments for the improvement of services to the population. There are also rules in favor of privatizing state companies and support for the regional rendering of services.

The sector invested only R\$ 14.7 billion in 2019. According to Abdib's estimates, R\$ 30 billion should be invested per year for the next ten years, targeting service universalization. The reforms in progress are important to partially fill the gap between the investment made and investment needed. This promising horizon makes several agents consider basic sanitation to be the new Brazilian pre-salt, due to the enormous amount of opportunities.

The oil and gas sector is likely to boost economic activity, after years of regulatory reorganization and the resumption of bidding processes for exploration blocks. We expect that over R\$ 1 trillion will be invested by 2030 as result of auctions held in the past three years, including exceeding volumes from the onerous assignment of the pre-salt, possibly creating over 400,000 additional jobs. Petrobras alone should invest R\$62 billion in 2019, accounting for 5.5% of Brazil gross fixed capital formation.

There are also opportunities, specially in pre-salt exploration, for greater private investments, which accounted for 19% of the total amount invested in 2018. Therefore, it is necessary and fundamental for the sector to seek new ways of increasing private participation, both from national and international companies.

The potential is huge, and Brazilian productivity could leap from the current 3.0 million barrels to 7.5 million barrels per day in 2030. Natural gas extraction may reach over 150 million m³ per day. In addition to job creation, we also expect a revival in the industry that supplies the oil and natural gas sector and an increase in tax collection, royalties and special participation, contributing to the fiscal adjustment.

It's essential explore correctly the oil and gas potential. A finite source of energy only has value and generates wealth when it is used with appropriate timing dictated by market transformations. The oil sector is bouncing back, with enormous potential, externalities, and countless gains. There's no time for mistakes.

The electricity segment has considerable importance in the current scenario of economic activity rebound and increasing

competitiveness in the sector. Annual investments needed for the next years are estimated at R\$ 55.4 billion.

New injections may occur in the transmission, distribution and generation sectors, focused on new clean energy sources, such as wind and photovoltaic energy, which should be incentivized to exploit the Brazil's natural potential and improve the national energy matrix.

Eletrobras' market capitalization if approved, will be important to recover the company's investment capacity from the current R\$ 4.5 billion in 2019 to around R\$ 12.0 billion in the coming years, a level already reached in 2014. This could contribute to the security of the system, creating jobs and restoring the whole supply chain of goods and services that was not operating at full capacity in recent years. Solving regulatory issues, such as the Generation Scale Factor, is important and necessary to ensure the continued success of auctions and attract the private initiative.

Many opportunities arise from states and municipalities as well, in sectors including public lighting, solid waste handling, basic sanitation and urban mobility, which are promising for the private capital and have a high level of positive externalities for society. The Brazilian Development Bank (BNDES) has established a superintendence for creating projects, addressing a major bottleneck to the expansion of private investment. This department is working on 60 denationalization projects – concession, PPPs and privatizations –, designed to attract investments of R\$ 191 billion. In addition, after visiting all the 26 states and the Federal District, BNDES mapped 114 projects, appointed by the state administrations, which may be structured, modeled and tendered. We consider as positive the incipient proliferation of actions aiming at strengthening the public

structure responsible for carrying out the concession programs and projects.

In urban mobility, the creation of the Metropolitan Transportation Authority (AMT) will be an important driver of the development of passenger transportation in the main Brazilian metropolitan areas. According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), there are about 70 metropolitan areas in Brazil.

THE CREATION OF THE AMT WILL ENABLE EFFICIENT AND SUSTAINABLE TRANSPORT INTEGRATION IN BIG URBAN CENTERS, CONTRIBUTING TO ADDRESS THE POPULATION MOBILITY ISSUE, IMPROVING QUALITY OF LIFE AND INCREASING ECONOMIC RETURN TO SOCIETY.

Thus, due to outlook of projects being structured, we will need to use all possible sources of funding and work to develop the capital market and diversify foreign sources. Multilateral banks have been active and BNDES will remain as a central element, specially for structuring projects. We also expect a greater presence of pension funds, providing liquidity to the private debt market and supporting infrastructure expansion. We understand the Ministry of Infrastructure, the Investment Partnership Program and the Secretariat of Infrastructure Development are aligned, and there are good chances that we will resume long-term structural investments in a sector that drives development, employment and gains for the entire country.

SOBRE A ABDIB

Missão

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base.
- Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base.
- Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos.
- Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

Associadas

A Abdib congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia, escritórios de consultoria e advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de private equity, seguradoras, bancos de investimentos e fomento, entre outras.

No ano em que completa 65 anos de atividades, a Abdib conta com 115 empresas associadas atuantes nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural, transportes e logística, saneamento ambiental, telecomunicações e indústrias de base.

A entidade conta com um Código de Conduta e de Governança Interna cuja adesão das empresas associadas é obrigatória. Dessa forma, a Abdib passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

Valores

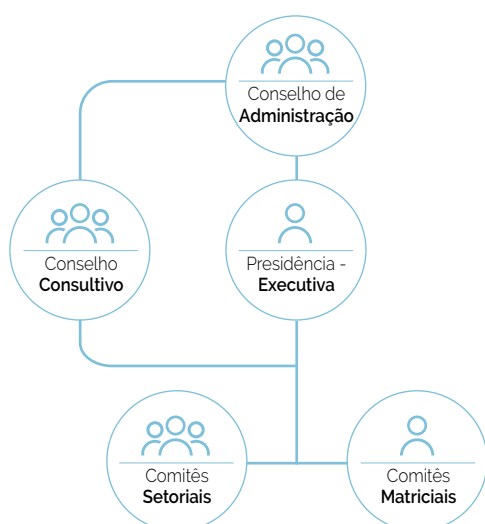
- Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.
- Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.
- Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.
- Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

Estrutura de Governança: Conselhos e Presidência

O Conselho de Administração é composto por 20 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o posicionamento estratégico e de gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de atividades da Abdib definido pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e Comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração em matérias de planejamento da Abdib e acompanhar o desenvolvimento das atividades de comitês e grupos de trabalho.



ABOUT ABDIB

Mission

Founded in 1955, the Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (Abdib) is a private non-profit business association. Its major mission is:

- Contribute to Brazilian economic and social development through infrastructure and basic industry investments;
- Work to strengthen the competitiveness of companies of goods and services for infrastructure and basic industries;
- Collaborate with public and private agents in the search for solutions;
- Expand the Brazilian companies share in the global infrastructure market.

Members

Abdib gathers a large range of public and private companies that take part in all business and investment phases for infrastructure and basic industry. It includes public service concessionaires, equipment manufacturers, service companies like engineering and law firms, major infrastructure users, private equity funds, insurance companies, financing and consultancy companies, among others.

In 2020, year that Abdib will celebrate 65th anniversary, the institution registers 115 associated companies, from areas such as electric power, oil

and natural gas, transportation, water and sanitation, telecommunications, and basic industries.

Abdib has an Ethics and Compliance Policy whose membership of associated companies is mandatory. In this way, Abdib started to act more incisively in the orientation on ethical rules in infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify integrity in business, competition and free initiative.

Values

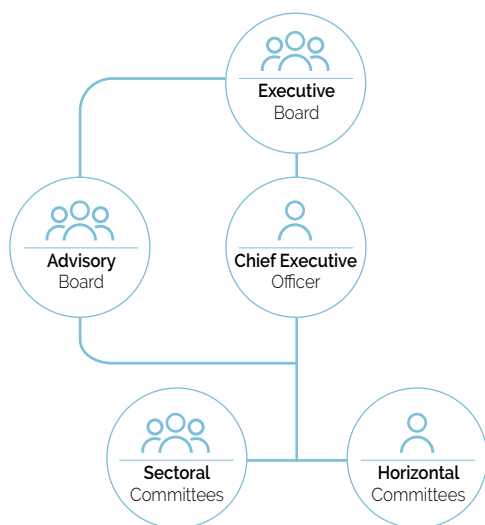
- Acting ethically in the relationship with internal and external publics.
- Being transparent, disseminating information to members equitably and informing society about the association's actions and objectives.
- Meeting associated companies expectations with critical sense, responsibility and in accordance with rules and laws.
- Working in an agile, simple and objective way, focusing on maximizing technical and human resources through innovation and creativity.

Management structure: Boards and President

The Executive Board is formed by 20 members. They are president of some of Brazil's largest companies. Their role is hiring and guiding the CEO, as well as establishing the guidelines for the strategic and business plan.

The Chief Executive Officer (full dedication) is responsible for the management and execution of the ABDIB business plan defined by the Executive Board with support of the Advisory Board and the committees.

The Advisory Board is composed of 40 members. Their role is to advise the Executive Board on planning issues and to support the activities of the committees and working groups.



A ABDIB DEFINE NOVO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

A ABDIB PROMOVEU, AO LONGO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019, UM PROGRAMA PARA DISCUTIR SEU POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO. O TRABALHO FOI APROVADO EM 13 DE JUNHO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, APÓS RECEBER CONTRIBUIÇÕES E AVALIAÇÕES DO CONSELHO CONSULTIVO DA ASSOCIAÇÃO.

A iniciativa surgiu para alinhar as expectativas das empresas com a entidade e fortalecê-la frente a mudanças ocorridas ou ainda em andamento no país e nas áreas de infraestrutura, compreendendo fatores econômicos (recessão e recuperação lenta, novo ciclo de desestatizações do Estado brasileiro), políticas (renovação nos Poderes Executivo e Legislativo nos governos federal e estaduais fruto das eleições de 2018) e sociais (participação mais ativa da sociedade nas discussões via redes sociais).

O processo contou com a contribuição do consultor Carlos Augusto Costa, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que atuou na função de mediador e facilitador, conheceu as expectativas dos conselheiros, apresentou a metodologia de trabalho e indicou um roteiro de temas a serem avaliados.

Todo o esforço foi suportado por três pesquisas qualitativas e quantitativas conduzidas por consultores e pela Abdib com o objetivo de identificar opiniões de públicos internos e externos.

A primeira pesquisa foi realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas

(IPESPE) a partir de entrevistas qualitativas para identificar a percepção de público externo – formadores de opinião no âmbito político administrativo como agências reguladoras, secretários de ministérios e lideranças políticas – sobre a imagem e as ações Abdib.

A segunda pesquisa foi conduzida por consultor contratado pela Abdib para criar um roteiro e conduzir entrevistas qualitativas com conselheiros da associação com o objetivo de entender expectativas com relação à atuação da entidade, percepção quanto aos serviços e posicionamentos e indicar sugestões.

A terceira pesquisa, de caráter quantitativo, foi conduzida também pela Abdib por meio de questionário digital para colher a avaliação dos profissionais das empresas associadas a fim de avaliar expectativas com relação à atuação da entidade e percepção quanto aos serviços e posicionamentos.

O processo de avaliação do posicionamento estratégico da Abdib foi conduzido e concluído ao longo de cinco reuniões do Conselho de Administração (11/12/2018, 13/02/2019,

14/03/2019, 24/04/2019 e 13/06/2019) e três reuniões do Conselho Consultivo (21/03/2019, 23/05/2019 e 19/06/2019), com apoio da Presidência e demais diretorias da Abdib.

O trabalho apresentou conclusões na forma de diretrizes: planejamento para a expansão da infraestrutura; comunicação mais intensa e abrangente, inclusive para a sociedade; articulação com entidades de classe parceiras; monitoramento de desempenho de ações institucionais; interface mais ativa com setor empresarial regionalmente; atenção especial a governos estaduais e municipais; investimentos com ambiente competitivo, ético e abertura de mercado; e internacionalização. Houve ainda a indicação para a Abdib atuar na elaboração de estudos e projetos para dinamizar concessões e PPPs, mas ponderando custos e governança.

Outras iniciativas

Ao longo de 2019, a Abdib, a partir da decisão do Conselho de Administração, promoveu outras iniciativas de gestão para aprimorar a governança, a administração e os processos operacionais.

Houve a contratação da PwC para a prestação de serviços de auditoria contábil e fiscal e da Arko Advice para serviços de análises e relações públicas para a Abdib.

Para aprimorar os mecanismos de participação em reuniões de comitês e conselhos, a Abdib implantou novo sistema de teleconferências a partir da aquisição de equipamentos e serviços que adaptem a infraestrutura às inovações tecnológicas disponíveis no mercado.





COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

A Abdib conta atualmente com 23 comitês de trabalho – 15 deles abordando pautas setoriais e outros oito tratando de questões matriciais a todos os setores de infraestrutura. Para alguns assuntos, grupos de trabalho são criados internamente nos comitês para dar continuidade aos temas com mais profundidade e foco. Em 2019, os comitês da Abdib promoveram 98 reuniões com mais de 1.700 participantes no total.

Os comitês são a base organizacional para a formulação de diagnósticos e contribuições. Em 2019, a partir das discussões programáticas dos comitês, foi possível para a Abdib contribuir para a reforma regulatória do setor de saneamento básico e colaborar com 13 audiências e consultas públicas abertas por agências reguladoras e outros órgãos públicos nas áreas de rodovias, aeroportos, iluminação pública e transmissão de energia. Além disso, a Abdib enviou propostas ao Congresso Nacional para o processo de reforma regulatória do saneamento básico e da consolidação das normas em uma lei geral de concessões a partir do trabalho dos comitês.

COMITÊS MATRICIAIS

Comitê de Financiamento
 Comitê de Sustentabilidade
 Comitê Legal e Tributário
 Comitê de Relações Internacionais
 Comitê de Desestatização
 Comitê de Engenharia
 Comitê de Inovação
 Comitê de Ética e Responsabilidade Social
 Comitê Estratégico do Setor Elétrico

COMITÊS SETORIAIS

Comitê de Geração de Energia
 Comitê de Transmissão de Energia
 Comitê de Distribuição de Energia
 Comitê de Iluminação Pública
 Comitê de Petróleo e Gás Natural
 Comitê de Rodovias
 Comitê de Ferrovias
 Comitê de Aeroportos
 Comitê de Portos
 Comitê de Mobilidade Urbana
 Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico
 Comitê de Resíduos Sólidos
 Comitê de Telecomunicações
 Comitê de Indústria

FINANCIAMENTO E GARANTIAS

O MERCADO QUER MAIOR SEGURANÇA E MITIGAÇÃO DE RISCOS

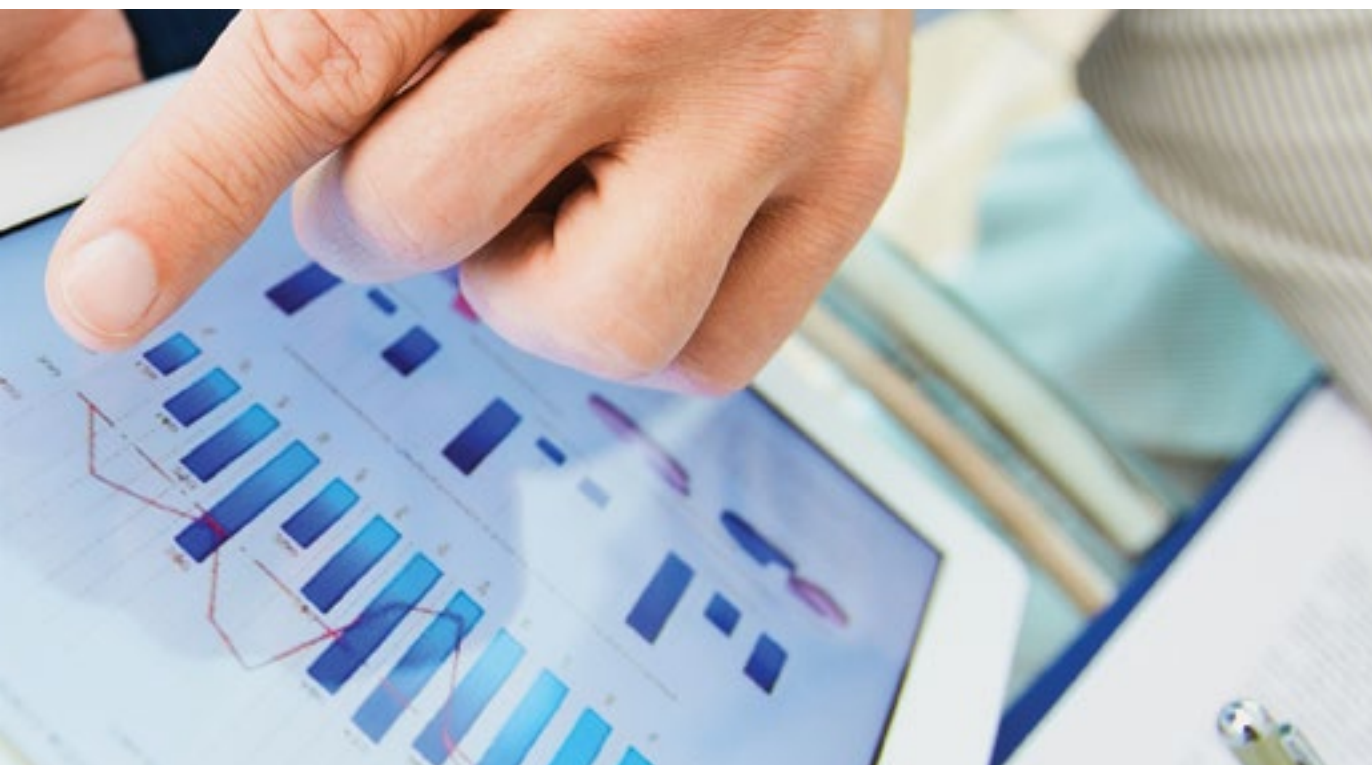
A ADOÇÃO DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA SEM A EXIGÊNCIA DE GARANTIAS CORPORATIVAS PASSA PELO DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DO USO DO SEGURO GARANTIA

Considerado um dos pilares para a expansão do financiamento – e, sobretudo, do *project finance* – para projetos de infraestrutura, o seguro garantia entrou na pauta do Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib com mais intensidade. Em julho, um encontro foi organizado com a Superintendência de Seguros Privados (Susep)² para avaliar as perspectivas de regulamentação do produto de forma que ele seja eficaz para garantir a conclusão das obras. O assunto é relevante

para diversos dos agentes que compõem o comitê, como bancos, seguradoras, corretoras, fundos de investimento e demais investidores.

O tema é considerado essencial para que haja avanços que propiciem o financiamento de investimentos sem uso de garantias corporativas, movimento fundamental para suportar o novo ciclo de desenvolvimento da infraestrutura brasileira. A Susep regulamenta dois ramos do seguro garantia – para o setor público e para o setor privado – com objetivo de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador do contrato firmado com o segurado.

Os especialistas indicaram, nas discussões feitas sobre a nova lei de licitações e contratações públicas, tema bastante abordado no comitê, que o caminho para o



seguro garantia fazer a diferença rumo ao financiamento sem garantias corporativas exigirá mudanças, como o monitoramento das obras, a ser executado pelas seguradoras, que terão de reforçar estrutura interna de técnicos e engenheiros. Outro alerta: é preciso disseminar a possibilidade de uso da regra de step in, para dar uma solução adequada em situações em que concessões começam a ficar inadimplentes. Assim, é possível substituir a empresa problemática antes de a concessão atingir a caducidade. O comitê foi enfático em apontar que as seguradoras não podem ser intervenientes anuentes das empresas seguradas.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo no ano:

- ▲ Criação de um fundo de infraestrutura no New Development Bank (NDB)³.
- ▲ Proteção cambial para investimentos com financiamento externo.
- ▲ Expansão de benefício fiscal para o emissor de debêntures de infraestrutura, tornando-as mais atrativas para os investidores institucionais (fundos de pensão e seguradora) aplicarem em infraestrutura.

2. Participaram da reunião na Abdib, realizada dia 4 de julho de 2019, Solange Paiva Vieira e Bruno Macedo Dias, respectivamente superintendente e diretor da Susep.
3. A Abdib sugeriu e desenvolveu uma proposta, entregue à instituição internacional de fomento.



SUSTENTABILIDADE

REGRAS MAIS CLARAS

A DISCUSSÃO LEGISLATIVA EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE UMA LEI GERAL PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONTINUA A SER PRIORIDADE PARA O COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE DA ABDIB

As discussões legislativas sobre o trâmite de licenciamento ambiental ganharam novo fôlego em 2019 após inúmeras tentativas frustradas de idealizar uma Lei Geral para o Licenciamento Ambiental nos anos anteriores, sobretudo em 2018. Naquela ocasião, o relator chegou a apresentar 13 versões do parecer, que não foi votado até o final da legislatura passada. Atualmente, a discussão ocorre por meio de um grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

O comitê da Abdib atua no levantamento e monitoramento das propostas em tramitação do Congresso Nacional sobre licenciamento ambiental, estabelecendo interlocução com os órgãos públicos envolvidos para propor melhores práticas e regras sobre licenciamento ambiental. Entre os projetos analisados, está o PLS 654/2015, além do PL 3.724/2004, este considerado o mais importante para o setor.

Além disso, o comitê atua também para propor ações que enderecem soluções para infraestrutura. O maior desafio é realmente



haver uma lei federal que embase o processo de licenciamento ambiental para evitar discricionariedade e diminuir judicialização. Por isso, há análise e propostas para o PL 3.729/2004. Outro é reduzir a insuficiência de dados e informações ambientais e aumentar a cooperação entre os órgãos competentes. Por isso a Abdib defende a criação de um banco de dados de informações de meio ambiente alimentado por estudos e informações produzidas em processos passados de licenciamento.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo no ano:

- ▲ Dimensão e desafios do projeto socioambiental e indígena da UHE Belo Monte⁴.
- ▲ Análise da proposta de Emenda Substitutiva Global de Plenário para a lei sobre licenciamento ambiental.

4. O programa ambiental da UHE Belo Monte é de grande porte: R\$ 6,3 bilhões em investimentos em 117 programas socioambientais e indígenas, um percentual (15%) muito superior à média dos empreendimentos de infraestrutura do país – e mais recursos serão aportados nestas rubricas até o fim da concessão.

LEGAL E TRIBUTÁRIO

SUPOORTE ESSENCIAL

NO CONGRESSO NACIONAL, A AGENDA LEGISLATIVA DA INFRAESTRUTURA, COM DIVERSOS PROJETOS, EXIGIU TEMPESTIVIDADE NA ATUAÇÃO DOS INTEGRANTES DO COMITÊ LEGAL E TRIBUTÁRIO DA ABDIB

A primeira reunião do ano na Abdib foi realizada dia 17 de janeiro, motivada para discutir o planejamento do Comitê Legal e Tributário, um dos mais importantes e longevos da entidade, responsável pela análise de assuntos de caráter tributário, fiscal, jurídico e regulatório que interferem nos setores de infraestrutura. A antecedência tinha justificativa: em 2019, uma das metas principais da Abdib foi fazer avançar a agenda legislativa da infraestrutura no Congresso Nacional.

Por isso, as medidas provisórias e os projetos de lei com impactos nos diversos setores de infraestrutura ganharam destaque na pauta do comitê ao longo do ano. Encontros foram convocados para discutir o teor da nova legislação sobre agências reguladoras, da reforma regulatória do saneamento básico, da futura legislação para licitações e contratações públicas e também nas mudanças no marco legal do licenciamento ambiental. Os impactos da incidência de IPTU sobre receitas de concessões – e as estratégias jurídicas para tratar o tema – também foram amplamente discutidos.

As discussões em torno das reformas estruturantes, necessárias para o país concluir o processo de ajuste fiscal e promover políticas para recuperar a produtividade e o crescimento econômico, também foram pautadas no Comitê Legal e Tributário. As propostas de reforma tributária foram estudadas em encontros realizados em fevereiro e outubro de 2019. O grupo também subsidiou a Abdib com análises para a participação em seminários sobre o tema.



Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de quatro encontros:

- ▲ Limites para co-habilitação e aspectos relevantes sobre o Reidi.
- ▲ ISS sobre PIS e Cofins em concessões.
- ▲ Proposta para uma nova lei geral sobre concessões públicas.

No dia 27 de agosto, o presidente-executivo da Abdib participou, na Câmara dos Deputados, de audiência pública organizada para revisar a regulação sobre concessões e PPPs. Com suporte do Comitê Legal e Tributário, Abdib entregou um documento com 25 propostas, a maioria delas redigida no formato de projeto de lei, conforme demanda do presidente e do relator da comissão especial. As sugestões trataram de financiamento, garantias, licitações, concessões e PPPs, mas também de questões tributárias.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O JOGO É MUNDIAL

AVALIAR E PROPOR AÇÕES SOBRE TEMAS LIGADOS AO COMÉRCIO EXTERIOR E À INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS EMPRESAS DE INFRAESTRUTURA FOI A MISSÃO DO COMITÊ EM 2019

No dia 6 de agosto, pouco mais de um mês após União Europeia e Mercosul fecharem um acordo de livre comércio⁵, os integrantes do Comitê de Relações Internacionais tiveram a oportunidade de avaliar os impactos da iniciativa com Alexandre Sampaio de Arrochela Lobo, subsecretário de Negociações Internacionais do Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços. Receberam com expectativas positivas quando o subsecretário disse que o acordo recém-definido é somente o primeiro da fila.

A informação foi considerada promissora porque está alinhada à missão do comitê: discutir estratégias e caminhos para o processo de abertura comercial do Brasil, em bases racionais, com planejamento e gradualismo, e debater a essência de acordos comerciais. O grupo também trabalha para reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura.

Outra meta do comitê é mapear alternativas internacionais para financiar a infraestrutura no Brasil. Foi com este objetivo que Jorge Arbache, vice-presidente para o Setor Privado do Banco de



Desenvolvimento da América Latina (CAF), foi recebido⁶. E o executivo da CAF informou sobre a diversificação de instrumentos financeiros para apoiar a infraestrutura nos países latino-americanos. O mesmo objetivo foi tratado nos dias 11, 12 e 13 de novembro no âmbito do Brics Business Council, quando a Abdib participou de diversas atividades, aprovou propostas que foram incluídas no relatório oficial e discutiu recomendações em encontros bilaterais.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de quatro encontros:

- ▲ Participação em foros como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Mercosul.
- ▲ Temas que impactam a competitividade do comércio exterior.
- ▲ Discussão sobre prioridades da agenda do comércio exterior com o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz.

5. O acordo cumpriu etapas de revisão técnica e jurídica. Em seguida, terá de ser traduzido para todas as línguas dos países envolvidos nos blocos e ratificado pelas partes antes que possa entrar definitivamente em vigor.

6. Na reunião, dia 25/05/2019, realizada com o Comitê de Indústria, com o qual vários encontros foram realizados ao longo do ano, Arbache informou sobre a criação de fundos de infraestrutura para comprar títulos lançados por investidores.

DESESTATIZAÇÃO

CENTRAL DE PROPOSTAS

TÃO LOGO OS GOVERNOS ANUNCIARAM A DETERMINAÇÃO DE TRANSFERIR AO SETOR PRIVADO DIVERSOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA, A ABDIB CRIOU UM COMITÊ PARA OFERECER SUGESTÕES E MELHORES PRÁTICAS

Criado em abril de 2019, o Comitê de Desestatização da Abdib surgiu para apoiar o novo ciclo de desestatizações do Estado brasileiro. Por meio de discussões e avaliações baseadas nas percepções e na experiência nas empresas privadas, de concessionárias a escritórios de advocacia e consultorias, entre outras, o grupo se dedicou a interagir com autoridades públicas e indicar os melhores modelos e práticas para processos de privatização de empresas, concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas (PPP).

O primeiro debate ocorreu com Diogo Mac Cord, secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia. Ele anunciou diretrizes e ações do governo federal para dinamizar o investimento privado na infraestrutura: metodologia para estabelecer critérios racionais para seleção de investimentos e para calcular a taxa de retorno social dos investimentos, projetos de lei com regras que incentivem e destravem investimentos e financiamento privado, monitoramento e alertas tempestivos a partir de indicadores econômicos e financeiros da concessão e ampliação de benefícios em debêntures também para investidores institucionais.



Mais encontros ocorreram ao longo do ano. Em junho, a conversa foi com Rodrigo Barata, coordenador de Estruturação de Parcerias do Governo do Estado de São Paulo, para apresentar o programa e os projetos de concessão do governo paulista. Em agosto, a reunião foi com Helio Bisaggio, superintendente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para avaliar desestatizações e mudanças na estrutura do mercado de gás brasileiro. Em novembro⁷, Pedro Bruno Barros, superintendente da Área de Governo e Relacionamento Institucional, explicou a atuação do BNDES na estruturação de projetos de concessões e PPPs para estados e municípios.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de cinco encontros:

- ▲ Propostas para a Lei Geral de Concessões.
- ▲ Avaliações sobre modelos de desestatização.
- ▲ Análises sobre reformas regulatórias em andamento em setores de infraestrutura.

7. Em reunião realizada dia 18/11/2019, o executivo do BNDES informou que o banco reformou a estrutura para fomentar desestatizações. A equipe interna para atuar nas funções de estruturação e gestão dos clientes governamentais foi ampliada de 71 para 157 funcionários, com perspectiva de chegar a 219 pessoas em 2020. Há ainda o reforço de especialistas do BID e IFC que trabalham em parceria com o BNDES em diversas estruturações.

ENGENHARIA

PILARES REFORÇADOS

EMPRESAS RESOLVEM CONDUZIR AÇÕES PARA AUMENTAR A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE ASPECTOS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA, COMO, POR EXEMPLO, O PLANEJAMENTO



Um grupo de empresas de engenharia decidiu abrir um novo tipo de canteiro de obras: um ambiente de discussões para ampliar a disseminação de conceitos e técnicas bastante conhecidas entre eles, mas que nem sempre são priorizadas entre os clientes públicos ou privados no momento em que as decisões são tomadas. Um exemplo é a necessidade de investir mais tempo no planejamento. A visão é aumentar a eficácia e a entrega de projetos, empreendimentos e programas de investimento no setor de infraestrutura.

O local escolhido para o novo "canteiro de obras" foi a Abdib – e assim ressurgiu na associação, em maio de 2019, o Comitê de Engenharia. Atualmente, os profissionais das empresas associadas estão divididos em três frentes cujos temas são considerados relevantes e determinantes para mudar o cenário de orçamentos e prazos descumpridos, riscos repentinos e planejamento insuficiente. Um deles é um grupo de melhores práticas de contratação. Outro são tendências tecnológicas e de



inovação. Por fim, mas não menos importante, a gestão de risco em projetos de infraestrutura.

Para executar a estratégia planejada, os integrantes do Comitê de Engenharia da Abdib decidiram fazer ampla pesquisa bibliográfica sobre os temas escolhidos para produzir ensaios técnicos e realizar ações de divulgação para públicos específicos do setor de infraestrutura, enfatizando a importância da engenharia para o desenvolvimento da infraestrutura – e, conseqüentemente, do país.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de cinco encontros:

- ▲ Building Information Modeling (BIM).
- ▲ Fatores de riscos e mitigadores em projetos.
- ▲ Aspectos positivos e negativos de diferentes modelos de contratação.

ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO

AGENDA DE LONGO PRAZO

ABDIB E O MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA MANTIVERAM UMA AGENDA REGULAR DE DIÁLOGOS PARA O SETOR EMPRESARIAL CONTRIBUIR COM SOLUÇÃO DE QUESTÕES ESTRUTURANTES E EMERGENCIAIS

Em 2019, o tema principal das discussões do Comitê Estratégico do Setor Elétrico foi o processo de modernização do modelo do setor elétrico⁸, pauta em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, uma questão emergencial foi também endereçada com atenção: o GSF (indicador que mensura o risco

hidrológico para hidrelétricas). Trata-se de um tema pendente de solução há anos e com risco de causar graves desequilíbrios financeiros em todo o setor. As avaliações sobre os dois assuntos foram debatidas com as autoridades do setor elétrico.

Formado pelos presidentes de companhias do setor de energia elétrica, o grupo tem função de promover análises e propostas estruturantes de curto e longo prazo compreendendo os setores de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia, de forma integrada e sustentável. Em função disso, temas como planejamento, estabilidade regulatória, financiamento, modernização e inovação esteve na ordem do dia em uma agenda de reuniões com as autoridades do Ministério de Minas e Energia ao longo do ano.

Foram diversos encontros em 2019. No dia 2 de maio, houve uma primeira reunião com o então secretário de Energia Elétrica, Ricardo Cyrino, em São Paulo. No dia 21 de maio, o



ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou do Abdib Fórum 2019, quando enfatizou que o novo modelo do setor elétrico preservará a segurança energética, priorizando a racionalidade econômica, competitividade e inovação em um ambiente de confiança. No dia 20 de agosto, em audiência em Brasília, a Abdib apresentou documento com sugestões para o ministro de Minas e Energia, acompanhado de Marisete Dadald, secretária-executiva da pasta, e Ricardo Cyrino, secretário.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de quatro encontros:

- ▲ Remuneração do capital investido no setor de distribuição.
- ▲ Revisão dos modelos de expansão e de despacho.
- ▲ Limites de acesso ao mercado livre.

8. A Abdib apontou três razões fundamentais para modernizar as regras do setor elétrico. Os picos de consumo demandam investimentos em rede e em fontes de produção que acabam operando com ociosidades relevantes. Novas fontes de produção, intermitentes, demandam remuneração por flexibilidade e novas formas de expansão. Por fim, sinais de preço são questionáveis e não induzem comportamentos com racionalidade econômica para trazer eficiência e produtividade.

GERAÇÃO DE ENERGIA

O MAPA DA ENERGIA HIDRELÉTRICA

DESTRAVAR MAIS DE 100.000 MW DE POTENCIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA HÍDRICA EXISTENTE NO BRASIL SIGNIFICA ABRIR CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FONTES INTERMITENTES – E MUITO MAIS

No dia 11 de novembro⁹, integrantes do Comitê de Geração de Energia da Abdib participaram de uma audiência no Ministério da Economia, em Brasília, para discutir os desafios e os benefícios para o país do aproveitamento de potencial hidrelétrico ainda não explorado. Há cerca de 100 GW em potencial hidrelétrico já inventariado que poderiam ser preparados e estruturados para leilões de concessão. Essa reunião atende à missão do comitê, que é trabalhar para fortalecer a segurança energética no país, capturando os benefícios do aproveitamento das múltiplas fontes de energia disponíveis no Brasil.

O desenvolvimento hidrelétrico propicia flexibilidade para o país a expandir a oferta de energias intermitentes, como solar e eólica, permite benefícios para irrigação, controle de cheias, abastecimento humano e transporte fluvial, entre outros. A geração de empregos ocorre não somente na construção e operação dos empreendimentos, mas também na oferta de equipamentos, pois o Brasil possui parque fabril bastante diversificado.



A Abdib considera importante preparar novos projetos para leilões de concessões. Atualmente, riscos regulatórios inibem as empresas de investirem recursos em estudos¹⁰ de viabilidade técnica, econômica e de impacto ambiental. Outros aspectos essenciais¹¹: conferir mais previsibilidade quanto a responsabilidades sociais e ambientais dos projetos e construir um mecanismo mais previsível de compensações econômicas e sociais para casos de atrasos no início de operação da usina em virtude de fatos fora da responsabilidade dos investidores.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Agenda regulatória da Aneel para o biênio 2019-2020.
- ▲ Panorama do armazenamento hídrico, de usinas reversíveis e usinas híbridas.
- ▲ Inserção do gás natural na base da matriz elétrica brasileira.

9. Reunião realizada com o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura, Diogo Mac Cord, e equipe, com os quais a Abdib debateu modelos e mecanismos para aproveitar o potencial hidrelétrico existente no Brasil.

10. Esses estudos demoram de três a quatro anos para serem concluídos.

11. A agenda de desenvolvimento de potencial hidrelétrico no Brasil ainda engloba outras ações necessárias, como gestão governamental que integre os diversos órgãos públicos envolvidos no tema; oferta de um conjunto de projetos ordenados em um cronograma de concessões; reconhecer os ganhos sistêmicos para o sistema interligado nacional proporcionados pela geração hidrelétrica; melhorar o ambiente legal e regulatório para conferir mais segurança jurídica aos investidores; instituir um processo estruturado para conduzir tratativas com comunidades afetadas, inclusive povos indígenas.

TRANSMISSÃO DE ENERGIA

VIGILÂNCIA REGULATÓRIA

O COMITÊ DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DA ABDIB ESTÁ SEMPRE ATENTO ÀS MUDANÇAS DE REGRAS SUGERIDAS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, AVALIANDO IMPACTOS E POSSÍVEIS ÔNUS ÀS EMPRESAS

A pauta de discussões do Comitê de Transmissão de Energia da Abdib envolve principalmente assuntos regulatórios que podem reduzir a produtividade e impactar na remuneração das concessionárias. A missão do comitê é evitar tais riscos. Por isso, constantemente, são avaliadas intenções ou decisões do poder público e são sugeridas medidas para aprimorar o modelo setorial. No geral, o trabalho visa garantir que o setor permaneça atrativo a novos investimentos, que haja preservação da remuneração contratada no momento da decisão dos investimentos e que haja reestabelecimento da margem de lucratividade nas revisões tarifárias das transmissoras.



Uma das estratégias do comitê é estudar os temas internamente – às vezes, por meses a fio – e participar de consultas e audiências públicas abertas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2019, a Abdib contribuiu com propostas escritas em cinco audiências públicas¹² da Aneel – um dos temas foi a metodologia de cálculo da taxa regulatória de remuneração do capital. A argumentação é suportada pela elaboração de simulações, exemplos práticos e evidências para



corroborar os desafios percebidos pelas concessionárias para o cumprimento das futuras determinações das autoridades públicas.

Para alguns temas debatidos nas reuniões ao longo do ano, os especialistas apontaram justificativas insuficientes, custos desnecessários, riscos elevados ou dificuldades técnicas que permeiam iniciativas regulatórias e operacionais propostas pela agência reguladora. São temas que tratam de procedimentos para o georreferenciamento de instalações de transmissão, requisitos e exigências para a operação via teleassistência, vida útil dos equipamentos e regulamentação de sistemas em corrente contínua em alta tensão (HVDC).

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de 11 encontros:

- ▲ Receita anual e margem de lucratividade com melhorias de pequeno porte.
- ▲ Emissão de nota fiscal eletrônica por determinação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).
- ▲ Simplificação da liquidação dos Encargos do Uso do Sistema de Transmissão (EUST).

- 12.** Consulta pública 15/2019 e audiências públicas 32/2018 (2ª fase), 09/2019, 14/2019 e 26/2019.



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MERCADO ILUMINADO

POR MEIO DE GRUPOS DE TRABALHO, COMITÊ ENDEREÇA QUESTÕES REGULATÓRIAS COM AUTORIDADES E CONDUZ INICIATIVAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR

Com 303 projetos iniciados até junho de 2019¹³, o setor de iluminação pública ultrapassou o de saneamento básico (293 projetos) e tornou-se líder em projetos de PPP no Brasil, considerando as variadas fases de tramitação. O desafio, segundo os especialistas, é estabelecer as condições para que intenções virem projetos, projetos se transformem em licitações, licitações resultem em contratos assinados e contratos assinados sejam cumpridos no longo prazo. É preciso reduzir a taxa de mortalidade de projetos e contratos¹⁴.

Com essa visão, o Comitê de Iluminação Pública da Abdib promove discussões que orbitam em torno de três temas: aperfeiçoamento da

regulação, bons projetos à disposição e difusão de melhores práticas para guiar decisões de autoridades municipais e agentes privados. Exemplo desse esforço foi o lançamento de um novo guia de boas práticas¹⁵ em workshop, desta vez com recomendações para padronizar minutas de documentos críticos do ciclo de PPPs de iluminação, como editais e contratos para concessão administrativa e termo de referência para a contratação do verificador independente em PPPs.

Com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por exemplo, a Abdib tem conduzido uma agenda de discussões técnicas a partir de estudos realizados no comitê para melhorar a interface entre distribuidoras de energia, concessionárias de iluminação e prefeituras, preenchendo lacunas regulatórias, o que reduz riscos nas fases de implantação dos investimentos e operação da rede. Há também iniciativas com o Inmetro para normatizar dispositivos de medição e controle necessários para tornar efetivos os ganhos de eficiência energética planejados.



Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de oito encontros:

- ▲ Monitoramento de PPP em estruturação por instituições de fomento.
- ▲ Estruturação de projetos de PPP na área de iluminação.
- ▲ Avaliações sobre escopo dos contratos de PPP e estrutura da Cosip.
- ▲ Agenda com Inmetro sobre sistemas de telegestão.



13. Radar de Projetos, banco de dados da consultoria Radar PPP. Dados apresentados em reunião do Comitê de Iluminação Pública da Abdib dia 15 de agosto de 2019.

14. Menos de 10% dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) abertos, considerando todos os setores, resultam em licitações, de acordo com a Radar PPP. Além disso, 30% dos contratos assinados acabam interrompidos antes do prazo, sobretudo por fragilidades das garantias, segundo estudo de José Virgílio Lopes Enei, sócio do escritório Machado Meyer Advogados e conselheiro da Abdib.

15. A primeira fase do projeto foi lançada em fevereiro de 2019 e apresentou melhores práticas para os gestores municipais conduzirem um processo de contratação de PPP.

RODOVIAS

MAIS PROJETOS NAS RUAS

A IMINÊNCIA DE DIVERSOS LEILÕES DE CONCESSÃO COLOCOU O COMITÊ DA ABDIB EM UMA JORNADA ACELERADA DE DEBATES COM AUTORIDADES E PARTICIPAÇÃO MAIS ATIVA EM AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Quase metade das audiências e consultas públicas que a Abdib participou em 2019 foi por demanda das concessionárias de rodovias. A atividade mais intensa deriva de mudanças regulatórias promovidas por agências reguladoras na esfera federal e nos estados sobre questões importantes, como metodologias para calcular tanto indenizações quanto a taxa de retorno do fluxo de caixa marginal, regras de contratos e editais de concessões.

O objetivo é aproveitar o conhecimento e a experiência das empresas associadas na gestão de contratos de concessão para entregar contribuições por escrito aos reguladores. Para o setor público, esse exercício é sempre importante para validar inovações regulatórias e mecanismos contratuais idealizados para construir licitações de concessões mais atrativas ao investimento privado e processos licitatórios mais competitivos. Em 2019, o Comitê de Rodovias da Abdib elaborou propostas para audiências públicas da ANTT¹⁶ e da Artesp¹⁷.





O comitê também se dedicou a dialogar com autoridades públicas para conhecer e avaliar os programas e os modelos de concessões. Em 2019, participaram das reuniões Gabriela Engler, secretária executiva de Parcerias do Governo de São Paulo, Marco Aurélio de Barcelos, secretário de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais, Luiz Fernando Ururahy de Souza, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do Tribunal de Contas da União (TCU), Renata Dantas, diretora de Assuntos Institucionais da Artesp, e Diogo Mac Cord, secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) do governo federal.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de sete encontros:

- ▲ Desafios para o trâmite dos pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro de concessões.
- ▲ Cronograma de licitações de concessões do governo federal.
- ▲ Reinvestimento de valores arrecadados como outorga.

16. No âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Abdib contribuiu com as audiências públicas 03/2019 (metodologia para cálculo das indenizações), 08/2019 (metodologia para cálculo da taxa de retorno do fluxo de caixa marginal – WACC), 12/2019 e 15/2019 (minutas de editais, programa de exploração rodoviária e estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para duas concessões federais).

17. No âmbito da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), a Abdib contribuiu com as consultas públicas 01/2019 (Projeto de concessão Piracicaba-Panorama) e 02/2019 (metodologia de cálculo da taxa de retorno do fluxo de caixa marginal pra concessões paulistas).

FERROVIAS

INVESTIMENTOS NOS TRILHOS

O PROGRAMA DE RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES, QUE TRAMITA ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS DESDE 2015, FOI O TEMA QUE PREDOMINOU NA PAUTA DO SETOR

Tal qual em anos anteriores, a evolução do programa de renovação antecipada das concessões ferroviárias voltou a protagonizar a atenção dos empresários do Comitê de Ferrovias da Abdib em 2019. Lançado em 2015, não há ainda nenhum aditivo contratual assinado, concedendo mais um termo de concessão em troca de novos investimentos pelos concessionários. A prorrogação da Malha Paulista é o caso mais adiantado, cujos estudos e termos foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 27/11/2019, mais de um ano depois de protocolados no tribunal.

O programa de renovação de concessões ferroviárias é relevante. Além do caso mais adiantado, da Malha Paulista, envolve também outros quatro processos (Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Vitória-Minas, MRS e Ferrovia Centro Atlântica). Com os novos projetos em desenvolvimento pelo governo federal para futura transferência da operação ao setor privado (Ferrogrão e Fiol), eles podem injetar R\$ 62 bilhões de investimentos no setor. É um montante importante para mudar a matriz de transporte¹⁸ e gerar encomendas à indústria.

As renovações podem resultar em investimentos





significativos para resolver conflitos urbanos¹⁹ em diversas cidades interceptadas pelas estradas de ferro. Outro importante benefício será a modernização dos contratos²⁰, preenchendo lacunas e esclarecendo direitos e deveres. Trechos considerados não econômicos podem receber novos usos ferroviários ou não ferroviários. Há também pendências relevantes do setor que serão endereçadas, como a alienação ou disposição dos bens móveis inservíveis, arrendados ou não, e também os trechos considerados antieconômicos para as operadoras ferroviárias.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de sete encontros:

- ▲ Reutilização de trechos ferroviários em processo de devolução.
- ▲ Cobrança de IPTU sobre bens públicos arrendados e os impactos no setor.
- ▲ Planejamento e ampliação da participação da carga geral no transporte ferroviário.

18. Concluídos, os investimentos nas renovações de concessões e nos novos projetos podem fazer com que 31% das cargas brasileiras, contra 15% hoje, sejam transportadas por ferrovias.

19. Até o momento, nas quatro concessões em etapas mais adiantadas e com números disponíveis, a solução pode chegar a 144 municípios.

20. Passam a constar nos contratos, por exemplo, previsão expressa de novos investimentos na malha ferroviária, detalhada e cronologicamente, item por item, envolvendo expansão de capacidade, segurança e qualidade da infraestrutura. Nos contratos originais, não há previsão de investimentos, apenas metas de produção e segurança.



AEROPORTOS

CÉU DE BRIGADEIRO

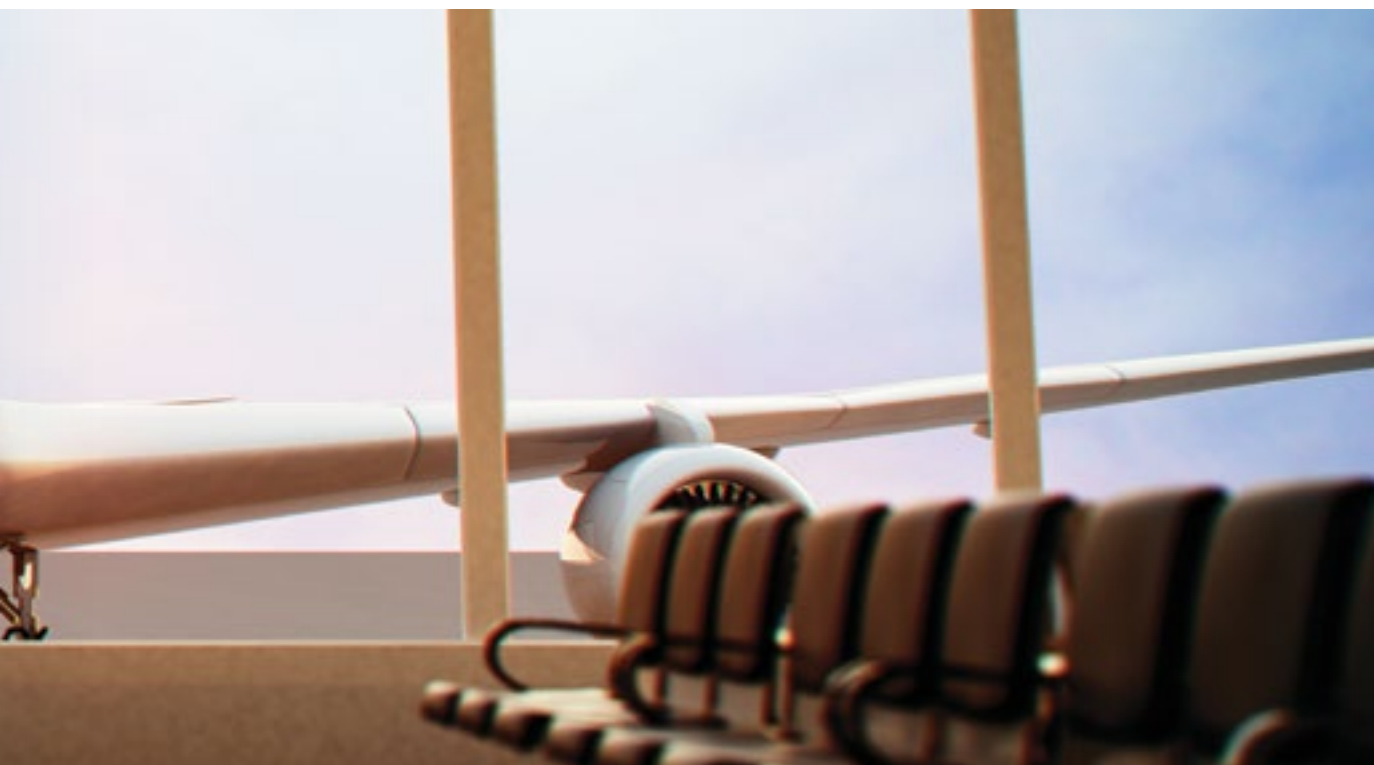
O SUCESSO DA QUINTA RODADA DE CONCESSÕES FEDERAIS CRIOU BOAS PERSPECTIVAS PARA AS FASES SEGUINTESS – E O MERCADO TENDE A CRESCER COM A CHEGADA DE MAIS OPERADORES E NOVAS COMPANHIAS AÉREAS

Tão logo o martelo bateu pela última vez no leilão da quinta rodada de aeroportos federais²¹, na B3, bolsa de valores de São Paulo, dia 15 de março, o governo federal já publicou, três dias depois, o edital para contratar os estudos da rodada seguinte²². Os dois fatos criam boa percepção nos especialistas e empresários, para os quais o mercado mostrou vigor e validou o leilão pelo modelo de blocos misturando ativos de características e portes diversificados.

A qualidade dos estudos e as regras dos editais foram elogiadas – e a interação com

agentes setoriais como a Abdib também. A decisão de conceder prazo maior para as avaliações dos competidores foi vitoriosa, bem como outras cláusulas que estimularam a concorrência. Há gatilhos para determinar a expansão da capacidade, atrelados à evolução da demanda. Operadores com perfis distintos chegaram, inclusive com estratégia regional. Esse fato foi considerado relevante porque o Brasil tem dimensões continentais e o programa de concessão tem meta de conceder muitos aeroportos menores.

Os especialistas do comitê também se debruçaram sobre temas regulatórios, como a metodologia de cálculo dos valores de indenização referentes aos bens reversíveis não amortizados em caso de extinção antecipada por relicitação, caducidade ou falência de aeroportos federais. A Abdib analisou e enviou propostas para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que publicou resolução no fim do ano.



Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de oito encontros:

- ▲ Processo de recuperação judicial do aeroporto de Viracopos.
- ▲ Análise sobre a cobrança de IPTU nas concessões aeroportuárias.
- ▲ Fim da restrição para o capital estrangeiro na composição acionária das companhias aéreas.
- ▲ Redução do ICMS para combustível de aviação mediante criação de novas rotas.



21. Na quinta rodada, foram transferidos para o setor privado 12 aeroportos em três blocos: Bloco Nordeste (Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Juazeiro do Norte e Campina Grande), Bloco Sudeste (Vitória e Macaé) e Bloco Centro-Oeste (Cuiabá, Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta).

22. A sexta rodada está prevista para transferir ao setor privado 22 aeroportos em três blocos: Bloco Sul (Curitiba, Foz do Iguaçu, Navegantes, Londrina, Joinville, Bacacheri, Pelotas, Uruguaiana e Bagé), Bloco Norte I (Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Cruzeiro do Sul, Tabatinga e Tefé) e Bloco Central (Goiânia, São Luís, Teresina, Palmas, Petrolina e Imperatriz).



MOBILIDADE URBANA

CLAMOR NACIONAL

DIANTE DA DEMANDA REPRIMIDA POR TRANSPORTES PÚBLICOS URBANOS, CRESCE O CONSENSO PELA ADOÇÃO DA AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES PARA ORGANIZAR A GESTÃO E A EXPANSÃO DOS MODAIS



O Comitê de Mobilidade Urbana da Abdib segue firme na defesa da instituição da Autoridade Metropolitana de Transportes nas metrópoles e grandes aglomerações urbanas. E os sinais são promissores. De um lado, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei²³ que introduz o conceito deste ente federativo para organizar a governança entre os governos e órgãos públicos e exercer funções de planejamento e operação dos serviços de transportes públicos em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Em audiências públicas, houve consenso sobre os benefícios da proposta.

De outro, a Abdib, que trabalha há três anos no tema, desenvolve um amplo estudo que objetiva oferecer modelos de funcionamento de autoridades metropolitanas para os sistemas de transportes públicos no Brasil a partir da análise das melhores práticas internacionais e das necessidades das partes relacionadas locais. A conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2020.



A Autoridade Metropolitana de Transporte é realidade em muitas capitais globais, mas ainda não no Brasil. Ela congrega funções espalhadas em diversos entes públicos e permite mais eficiência no planejamento, expansão do sistema e a operação dos serviços públicos de transporte de passageiros, com mais segurança jurídica e estabilidade regulatória. Em Londres, existe a Transport For London (TfL)²⁴, um ente que tem função ampla na gestão da mobilidade urbana. Em Nova Iorque, a Metropolitan Transportation Authority (MTA) desempenha o mesmo papel.

23. Projeto de Lei 4.881/2012.

24. O trabalho da TfL envolve planejamento integrado entre os modais de transporte, operação dos serviços, condução de investimentos para a expansão do sistema e definição de tarifas, entre outros.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo do ano:

- ▲ Debate sobre projeto de concessão de 27 terminais de ônibus na cidade de São Paulo.
- ▲ Projetos de lei sobre aspectos de mobilidade urbana.

RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO

URGÊNCIA URGENTÍSSIMA

DIANTE DO BAIXO NÍVEL DE INVESTIMENTO E DA PRECARIIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL, A ABDIB TEM CONTRIBUÍDO ATIVAMENTE PARA A REFORMA REGULATÓRIA SETORIAL

O Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico foi o primeiro a se reunir na Abdib em 2019 – no dia 24 de janeiro. Isso porque as discussões em torno da reforma regulatória do setor, formulada para atrair novas fontes de recursos e investidores com vistas a acelerar os esforços necessários para universalizar os serviços, ganharam novamente celeridade com a publicação da Medida Provisória 868/2018. A MP, infelizmente, perdeu vigência por falta de votação, tal qual ocorreu com a MP 844/2018. O trabalho, no entanto, não foi desperdiçado, pois as discussões prosseguiram em torno do PL 4.162/2019.



A regulação do setor de saneamento básico está baseada atualmente na Lei 11.445/2007, legislação que demorou mais de 20 anos para ser formulada e aprovada. No entanto, pouco mais de dez anos de vigência mostraram que os resultados estão aquém do previsto. Mais de 100 milhões de brasileiros permanecem sem serviços adequados de coleta de esgotos. Mantido o ritmo de investimento atual, a universalização só ocorrerá daqui a 60 anos.



Ao longo do ano, a Abdib promoveu reuniões para analisar os textos da MP 868/2018 e do PL 4.162/2019, apresentou contribuições por escrito e dialogou com parlamentares e integrantes do governo federal. Na expectativa de buscar consenso em torno das mudanças necessárias, muitas reuniões incluíram autoridades públicas²⁵ e lideranças empresariais²⁶ representativas do mercado de saneamento básico. Um encontro em setembro de 2019 contou com a participação do deputado federal Geninho Zuliani, relator do PL 4.162/2019, que foi em seguida aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de sete encontros:

- ▲ Revisão do Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico.
- ▲ Temas prioritários para serem regulados por normas federais de referência.

25. No dia 28/03/2019, a reunião do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib contou com a presença de Jônathas de Castro, secretário nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional.

26. No dia 11/04/2019, a reunião do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib contou com a presença de Roberto Cavalcanti Tavares, presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe). No dia 17/10/2019, participou Percy Soares, diretor-executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).



RESÍDUOS SÓLIDOS

NORTE BEM CLARO

ESTUDOS E EVIDÊNCIAS NORTEIAM ARGUMENTOS E INTERLOCUÇÕES DO SETOR, QUE CONDUZ INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO EM BASES ÉTICAS, AMBIENTAIS E FINANCEIRAS SUSTENTÁVEIS

O Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib tem uma pauta ampla, mas uma bandeira principal: a instituição de mecanismos de cobrança que garantam uma receita específica e perene para a prestação dos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos com sustentabilidade financeira e de forma ambientalmente adequada. Esse norte está refletido nas ações conduzidas em 2019: estudos, posicionamentos para autoridades públicas e seminários técnicos.

Para debater sobre a pertinência e a importância da cobrança pela prestação do serviço, o comitê produziu estudos que

apresentam radiografias do problema, evidências da necessidade de adotar as soluções propostas e modelos de gestão e de operação existentes em outros países. Um dos estudos é o ISLU – Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana, atualmente na quarta edição²⁷. Com as informações, estimula-se a adoção das melhores práticas. Outro estudo, conduzido em 2019, compara modelos de custeio²⁸ da prestação dos serviços adotados globalmente, indicando soluções financeiramente e ambientalmente sustentáveis e perenes.





Segurança jurídica, legislação e regulação também permearam a pauta do Comitê de Resíduos Sólidos em 2019. Um dos temas foi a reforma regulatória do saneamento básico (PL 4.162/2019), com impactos na área de resíduos. O projeto concede mais prazo para os municípios erradicarem lixões, mas condiciona tal benefício à instituição de um modelo de cobrança pela prestação do serviço. Também foram monitorados temas relevantes no Supremo Tribunal Federal (STF), como um processo que trata da cobrança dos serviços divisíveis mediante tarifa e outro sobre a constitucionalidade de aspectos do Código Florestal.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de nove encontros:

- ▲ Monitoramento e propostas nas discussões do PL 1.292/95 (nova Lei de licitações).
- ▲ Seminário Internacional de Resíduos Sólidos – Intercâmbio Brasil x EUA.
- ▲ Iniciativa sobre integridade corporativa²⁹.

27. O ISLU avalia o nível de cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a partir de indicadores sobre população atendida, sustentabilidade financeira, recuperação dos resíduos coletados e destinação correta.

28. O estudo também mostra que a cobrança tem finalidades diferentes. Nas nações em desenvolvimento o foco é garantir recursos para custear a coleta e a destinação dos resíduos. Já nos países desenvolvidos, são perseguidas metas além do custeio, como menor geração de resíduos, reutilização, reciclagem e recuperação energética.

29. Em abril de 2019, foi lançada uma cartilha tanto com exemplos de casos que podem expor as empresas a situações de corrupção quanto com práticas preventivas. Em dezembro, foi criado um pacto setorial de integridade do setor.

INDÚSTRIA

ESFORÇO PELA PRODUTIVIDADE

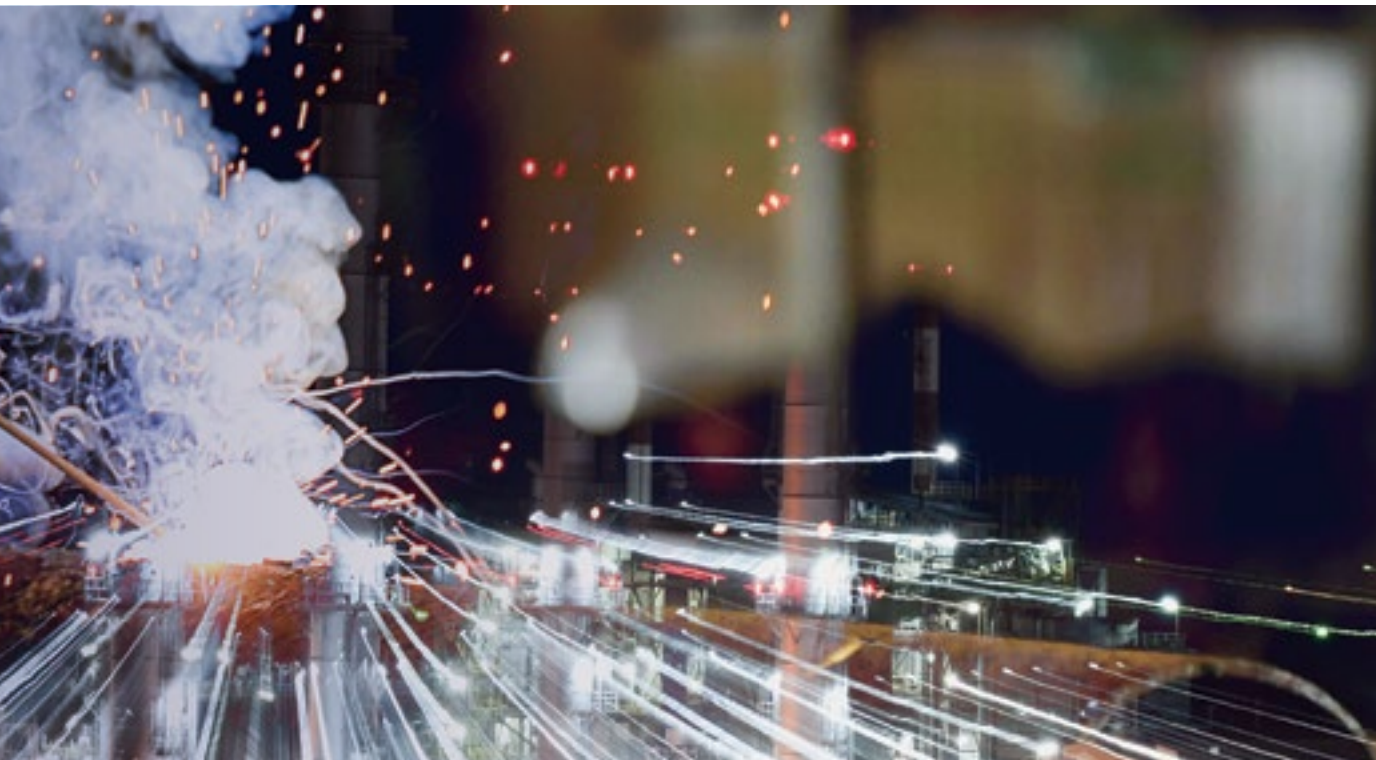
DIANTE DE UM CENÁRIO DE ADVERSIDADES VIVIDAS PELO SETOR, COMITÊ DE INDÚSTRIA PROCUROU ORGANIZAR DISCUSSÕES PARA AMPLIAR A EFICIÊNCIA DA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA



Nos últimos anos, o Comitê de Indústria da Abdib, diante da queda da participação da indústria de transformação no PIB e da corrida global por investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico, procurou organizar discussões e iniciativas para avaliar a competitividade e a produtividade da estrutura fabril brasileira e indicar caminhos para a recuperação do protagonismo no desenvolvimento econômico do país. As experiências internacionais bem-sucedidas foram o norte dos debates.

Nas diversas iniciativas, o comitê procurou liderar uma discussão que propiciasse a elaboração de uma política industrial nacional de longo prazo, com engajamento de outras instituições, que fosse compatível com a política macroeconômica. Nesse contexto, a reforma tributária foi considerada fundamental para o desenvolvimento industrial. Além disso, os participantes defenderam a expansão de linhas governamentais para projetos de fomento a novas tecnologias e inovações.

Para análise acurada dos cenários, foram organizados encontros – muitos deles em parceria



com o Comitê de Relações Internacionais – com os secretários do Governo do Estado de São Paulo Henrique Meirelles (Fazenda e Planejamento) e Patricia Ellen³⁰ (Desenvolvimento Econômico), quando foram discutidos os programas de fomento e melhoria do ambiente de negócios. Além disso, houve também debates com Jorge Arbache (Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF), sobre mecanismos de financiamento, Igor Calvet³¹ (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), sobre planos de fomento da produtividade industrial, e Alexandre Sampaio de Arrochela Lobo (Ministério da Economia), sobre impactos do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

Outros temas conduzidos pelo comitê ao longo de cinco encontros:

- ▲ Soluções para garantir a implantação de tecnologias modernas, a exemplo da indústria 4.0.
- ▲ Apoio à transição energética, considerando o gás natural na matriz de energia elétrica.
- ▲ Impactos dos investimentos na produtividade e na competitividade dos setores industriais.

30. Em reunião na Abdib dia 24/04/2019, a secretária informou que governo paulista criará polos econômicos para induzir o desenvolvimento de alguns setores produtivos. Um dos polos focará em tecnologia.

31. Em reunião na Abdib dia 06/11/2019, o presidente da ABDI informou que o Programa Brasil Mais Produtivo, baseado no conceito de manufatura enxuta, gerou um ganho médio de 52% na produtividade das 3 mil empresas que participaram da iniciativa federal.

COMITÊ DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Objetivo:

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e bancabilidade.

Plano de Ação:

- Acelerar as discussões para a implementação de *project finance non recourse* e para as garantias necessárias e fortalecer o seguro garantia como mitigador de risco.
- Atuar para desenvolver seguros contra riscos não gerenciáveis, entre eles os riscos de variação cambial para captação de recursos externos, riscos políticos e de crédito.
- Atuar com instituições oficiais de crédito (BNDES, Caixa e BB) para definições de modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura.
- Atuar com mercado de capitais para ampliação de debêntures de infraestrutura (fundos de pensão e mercado externo).
- Atuar com o BNDES, Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e seguradoras, entre outros, para melhor estruturação de projetos e respectivas garantias.
- Acompanhar tramitação da nova lei de licitações e, em especial, o capítulo referente a garantias.
- Contribuir para a estruturação do novo capítulo de garantias a ser estabelecido na nova lei de concessões e PPPs, pois o modelo atual equivale ao padrão de uma obra pública.
- Propor, no capítulo sobre garantias, uma estrutura que possa amparar novos mecanismos de financiamento e logo promover o desenvolvimento do mercado de capitais.
- Desenvolver canal de comunicação com agências reguladoras com objetivo de melhorar a relação com mercado segurador, focando na eficiência da execução do seguro garantia.

- Implantar agenda periódica com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), com finalidade de propor melhorias nos contratos de seguros aplicáveis ao *project finance*, dentre eles o seguro garantia.

Coordenador: Venilton Tadini (Abdib)

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Objetivo:

Identificar, avaliar e propor ações aos problemas enfrentados pelo setor que devem ser encaminhadas às autoridades competentes, considerando os principais gargalos identificados: insegurança jurídica (necessidade de uma lei federal que embase o processo de licenciamento ambiental para evitar discricionariedade e diminuir judicialização), legislação ambiental (além de esparsa e baseada em normas infralegais, é necessário construir marco regulatório para tratar de questões sociais), dados ambientais (insuficiência de dados e informações ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes), órgãos intervenientes (compensações sem relação com impactos ambientais causados pelo empreendimento, mas sim para suprir carências institucionais não atendidas pelo Estado) e concessões (contribuir nas audiências e consultas públicas). Além disso, trabalhar para reverter a judicialização das disputas ambientais, trazendo as discussões para âmbito técnico proporcionado pela instância de mediação de conflitos. Por fim, fomentar o engajamento das empresas do setor de infraestrutura no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris.

Plano de Ação:

- Levantamento e acompanhamento das propostas de lei no âmbito do Congresso Nacional sobre licenciamento ambiental, estabelecendo parcerias com os órgãos

públicos envolvidos para propor melhores práticas sobre licenciamento ambiental.

- Elaboração de documento demonstrando os entraves do licenciamento ambiental, inclusive propondo ações de melhoria com os instrumentos de gestão e aplicação de recursos do governo.
- Contribuição com os órgãos licenciadores na construção de termos de referência para licenciamento das diferentes tipologias de empreendimento de infraestrutura.
- Contribuir com os demais comitês da Abdib na análise dos termos de referência nas audiências e consultas públicas para as PPP e concessões de infraestrutura.
- Estabelecer parcerias com outras instituições não governamentais para buscar soluções técnicas e jurídicas no âmbito da mediação ambiental e na agenda de mudanças climáticas.
- Estabelecer parcerias com os comitês setoriais e entidades atuantes na área de mudanças climáticas e economia do baixo carbono na avaliação das potencialidades e principais tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental do setor de infraestrutura.
- Promover evento Paris + 5 na Infraestrutura para discutir os principais avanços e potenciais entraves para o setor de infraestrutura no Brasil na agenda do clima.

Coordenadoras: Marilene Ramos (Norte Energia) e Cosette Xavier (Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental)

COMITÊ LEGAL E TRIBUTÁRIO

Objetivo:

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da entidade, bem como às associadas em matéria legal em temas coletivos que digam respeito a atividades operacionais relacionadas à infraestrutura. São duas linhas de atuação. A primeira, prospectiva,

visa o desenvolvimento de nova legislação,

regulamentos e normas que impactem o setor.

A segunda, reativa, visa solucionar problemas enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. O Comitê também analisa e orienta a diretoria e associados da Abdib sobre o ingresso da entidade como *Amicus Curiae* em ações de interesse coletivo da entidade.

Plano de Ação:

- Levantamento e monitoramento de propostas de lei de interesse dos setores de infraestrutura em trâmite no Congresso Nacional.
- Apoio na elaboração de notas técnicas para aprimorar projetos de lei.
- Acompanhamento de projetos e desestatizações no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).
- Acompanhamento da evolução da pauta decisória do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF).
- Apoio em audiências e consultas públicas.
- Apoio às demandas dos comitês setoriais.
- Acompanhamento de ADIs em tramitação no STF.

Principais temas que o comitê está acompanhando:

a) PL de concessões e PPPs; **b)** Prorrogação de concessões; **c)** Relicitação de concessões; **d)** PL Saneamento; **e)** PL licenciamento ambiental; **f)** PL lei de licitação e contratos administrativos.

Plano de Ação:

- Acompanhamento das propostas de lei em trâmite no Congresso Nacional.
- Acompanhamento dos incentivos fiscais de interesse do setor.
- Acompanhamento da jurisprudência administrativa e judicial tributária.
- Acompanhamento de teses tributárias em discussão no Poder Judiciário.
- Acompanhamento de ADIs em tramitação no STF.
- Apoio às demandas dos comitês setoriais.

Principais temas que o comitê está acompanhando:

- a)** Reforma Tributária; **b)** PL tributação de dividendos; **c)** IPTU em imóveis em concessão; **d)** Emenda Constitucional sobre Segunda Instância – aspectos processuais.

Coordenadores: Lauro Celidonio (Jurídico)
Marcio Alabarce (Tributário)

COMITÊ DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Objetivo:

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

Plano de Ação:

- Discutir estratégias e caminhos para o processo de abertura comercial do Brasil.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Mapear alternativas internacionais para o financiamento da infraestrutura e indústria de base no Brasil.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e OCDE, entre outros.
- Acompanhar temas que impactam a competitividade do comércio exterior e inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

Coordenador: Daniel Godinho (WEG)

COMITÊ DE INOVAÇÃO

Objetivo:

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados à utilização de inovação (*data & analytics*, inteligência artificial, IoT, robotização etc.) para aumentar a eficiência na implementação de novas infraestruturas e aumentar a produtividade e a longevidade das infraestruturas existentes, de forma a acelerar a redução do déficit de infraestrutura, assim como aumentar a qualidade e a segurança dos serviços resultantes das infraestruturas existentes.

Plano de Ação:

- Discutir estratégias e ações de inovação para aumentar a qualidade e a sustentabilidade na elaboração dos projetos de engenharia.
- Discutir estratégias e ações de inovação para reduzir os riscos e aumentar produtividade e a sustentabilidade na construção.
- Discutir estratégias e ações de inovação para aumentar a produtividade, a segurança e a qualidade dos serviços na operação.
- Discutir estratégias e ações de inovação na manutenção para aumentar a longevidade das infraestruturas existentes.
- Elaborar proposições de melhoria na regulação existente para acelerar a introdução e utilização de soluções inovadoras na elaboração de projetos, na construção, na operação e na manutenção de infraestrutura.
- Criar um Centro de Inovação da Infraestrutura (InfraTech) na Abdib.

Coordenador: Mauricio Endo (KPMG)

COMITÊ DE ENGENHARIA

Objetivo:

O comitê atua na organização, priorização e disseminação de informação relevante sobre as melhores práticas de engenharia, tendências,

modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de empresas e agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate e o melhor conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais.

Plano de Ação:

- Elaborar e apresentar estudos sobre modelos consagrados de contratação (EPC, EPCM, CM, Supervision), de gestão de *capex* e critérios de seleção.
- Elaborar e apresentar estudos sobre tendências tecnológicas e inovação (BIM, ferramentas de gestão, novas tendências digitais e de transformação do setor).
- Elaborar e apresentar estudos sobre gestão de risco (principais fatores de risco em projetos, ações mitigadoras, prevenção e resolução de conflitos).
- Realizar workshop e apresentar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do comitê a todos associados da Abdib, mídia, poder concedente e órgãos reguladores, com objetivo de influenciar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas adotadas pelos agentes que atuam no segmento de engenharia e construção (investidores, bancos, agentes reguladores e poder concedente).

Coordenadores: Mauro Viegas Neto (Concremat) e Felipe Alceu Amoroso Lima (Arcadis Logos)

COMITÊ DE DESESTATIZAÇÃO

Objetivo:

Contribuir com o novo ciclo de desestatizações do governo brasileiro, fomentando discussões e

colaborando para a redução do tamanho do Estado e para a melhora do ambiente de negócios envolvendo privatização de empresas estatais, concessões de serviços públicos e parcerias públicas-privadas (PPP). Ao propor medidas de aprimoramento no ambiente de estruturação, realização e monitoramento de concessões e privatizações, o comitê pretende colaborar diretamente para uma maior participação privada em projetos de infraestrutura e em processos de desinvestimento de governos. Além disso, fomentar a elaboração de material de orientação sobre privatizações e estabelecer um ambiente de diálogo institucional sobre o tema, inclusive com intercâmbio de propostas entre agentes públicos e privados.

Plano de Ação:

- Mapear potenciais concessões e privatizações para os próximos quatro anos e construir um pipeline propositivo a ser acompanhado e atualizado periodicamente.
- Identificar as principais dificuldades dos projetos de privatização, concessão e PPP e construir propostas para o aprimoramento de tais aspectos, interagindo com as autoridades governamentais competentes.
- Monitorar processos que sejam divulgados ou que já estejam em discussão e, a partir de análise detalhada, verificar manifestação formal da Abdib, caso seja oportuno, sobre aspectos em normas, editais e demais documentos colocados em consulta pública.
- Elaborar cartilha de melhores práticas em desestatizações com intuito de contribuir com os processos.

Coordenadores: Rosane Menezes Lohbauer (Madrone Advogados), Gabriel Galípolo (Banco Fator) e Luis Claudio S. Campos (EY)

COMITÊ PETRÓLEO E GÁS

Objetivo:

Propor e apoiar iniciativas que assegurem o pleno desenvolvimento do setor de petróleo e gás do país e, conseqüentemente, promovam projetos de infraestrutura e oportunidades para empresas fornecedoras de bens e serviços.

Plano de ação:

- Promover os aprimoramentos legais e infralegais para assegurar um ambiente de negócios atrativo ao investimento nos setores de óleo e gás, tendo como premissas competitividade, sustentabilidade e equilíbrio entre interesses de fornecedores e petroleiras.
- Apoiar e incentivar programas para o desenvolvimento da infraestrutura setorial, a exemplo do programa americano de ampliação dutoviária (Master Limited Partnerships – MLPs).
- Defender um mercado livre para o gás natural seguindo boas práticas internacionais, assegurando atração de investimentos, competição, diversidade de agentes, acesso à infraestrutura e participação ativa dos agentes.
- Aprimoramento da política de conteúdo local, com apoio para a criação de mecanismos de incentivo e bonificação, a exemplo do Pedefor.
- Rever a cláusula de P&D para contratos de concessão para assegurar o acesso dos centros de pesquisa das empresas a estes recursos. Aproximar as políticas de conteúdo local e de ciência e tecnologia, incluindo fundos setoriais e cláusula de P&D da ANP.
- Na atividade onshore, induzir a entrada de mais empresas pequenas e médias no upstream brasileiro; estimular a exploração de bacias terrestres de nova fronteira; apoiar o plano de desinvestimentos de ativos

onshore da Petrobras e a cessão de direitos dos campos maduros de baixo potencial de produção e riscos reduzidos.

- Fomentar a exploração dos recursos não convencionais no país por meio de iniciativas próprias e do apoio às ações das autoridades governamentais e agentes setoriais.
- No midstream, defender que o modal dutoviário seja estimulado e incorporado no planejamento estatal, gerando oportunidade de investimentos para vários segmentos.
- No downstream, garantir um mecanismo de mercado estável para o reajuste de preço dos derivados, condição necessária à construção de novas unidades de refino privadas no Brasil. Estímulo à política de desinvestimento da Petrobras nas refinarias.
- No gás natural, instituir o novo marco regulatório com objetivo de adotar boas práticas internacionais; atrair investimentos; aumentar a competição; diversificar agentes; aumentar o dinamismo e o acesso à informação; respeitar contratos firmados; e garantir a existência de um agente regulador forte e com boa capacitação técnica.

Coordenador: Marcos Cintra (Tenaris Confab)

COMITÊ DE GERAÇÃO DE ENERGIA

Objetivo:

Apoiar a Abdib com análises e propostas para interlocução com agentes públicos e privados. O objetivo é a construção de um ambiente favorável ao investimento que garanta segurança no suprimento elétrico a partir do aproveitamento das mais variadas fontes energéticas disponíveis no Brasil, com sustentabilidade financeira, ambiental e segurança jurídica.

Plano de ação:

- Contribuir para a promoção e aperfeiçoamento do projeto de modernização do setor elétrico.

- Trabalhar para a implantação de solução para o risco hidrológico.
- Contribuir para o desenvolvimento de análises e propostas sobre expansão hidrelétrica, revisão do modelo de contratos, questão indígena e corredores ambientais.
- Avaliar demandas e impactos para o desenvolvimento da energia solar fotovoltaica.

Coordenador: Flávio Dutra Doehler (Norte Energia)

COMITÊ DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Objetivo:

Propor e apoiar iniciativas que atraiam investimentos e garantam a rentabilidade adequada para setor de transmissão de energia.

Plano de Ação:

- Propor medidas para a Aneel aprimorar o modelo regulatório do setor de transmissão de energia com o objetivo de torná-lo mais atrativo, eficiente e produtivo.
- Atuar em busca de uma maior estabilidade regulatória. As mudanças frequentes nas políticas públicas e na regulação aumentaram o risco e afugentam os investidores qualificados. Por isso, é necessário trabalhar para manter as regras estáveis e para garantir a remuneração contratada no momento da decisão dos investimentos com o reestabelecimento da margem de lucratividade nas revisões tarifárias das transmissoras.
- Desenvolver e apoiar de iniciativas que atraiam agentes robustos com capacidade física e financeira para a execução das obras, que reduzam a burocracias nos processos a cargo do poder público, que fortaleçam as garantias e sua exequibilidade e que tragam agilidade na transferência de concessões com problemas de execução.
- Atuar nas discussões da metodologia de cálculo do WACC regulatório que seja

aderente à prática de mercado para garantir a remuneração adequada para os investimentos. A remuneração regulatória deve estar adequada às condições de mercado, tanto para ativos a serem licitados, como para ativos operacionais que necessitem de substituição, reforços ou melhorias.

Coordenador: João Procópio (Abdib)

COMITÊ DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Objetivo:

Avaliar, propor e instituir soluções e recomendações visando promover as PPPs voltadas à modernização da iluminação pública e outras funcionalidades associadas, nos municípios brasileiros.

Plano de Ação:

- Dar sequência às ações de influência com Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a regulamentação da interface entre sistemas de iluminação pública e redes de distribuição de energia elétrica, com participação em audiências públicas e validação com Aneel.
- Consolidar, em conjunto com fabricantes de equipamentos de telegestão e com a Aneel, proposta de regulamentação de medidores de energia elétrica de iluminação pública.
- Publicar e divulgar a segunda fase do Guia de Boas Práticas em PPPs de Iluminação Pública da Abdib, constituído de minutas padronizadas de documentos críticos do ciclo de implantação de PPPs de iluminação pública (em especial, editais e contratos).
- Desenvolver uma proposta de modelo de exploração de receitas acessórias em ativos municipais de iluminação pública administrados em contratos de PPPs.

Coordenadores: Miguel Noronha (BMPI) e Mário Luiz Silvério (CPD)

COMITÊ DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo:

Apoiar a construção dos caminhos que levam ao maior compartilhamento dos serviços de saneamento básico entre parceiros públicos e privados, objetivando a universalização do atendimento. Além disso, trabalhar para a consolidação do ambiente jurídico-institucional decorrente da implantação do novo marco regulatório do setor.

Plano de Ação

- Atuar junto ao Congresso Nacional e ao governo federal, de forma articulada com outras associações de classe, para aprovação e promulgação do Projeto de Lei 4.162/2019, observando que eventuais ajustes de texto deverão manter a prioridade de rápida universalização dos serviços, com padrões de preço e qualidade adequados e a ampliação das possibilidades de parcerias entre setor público e o setor privado.
- Criar mecanismos capazes de dar suporte à atuação da ANA (Agência Nacional de Águas) como protagonista essencial do novo ambiente regulatório do setor.
- Apoiar gestores e fundos interessados em investir no setor de saneamento.
- Ter interlocução junto aos agentes públicos de modelagens de concessões e PPPs, especialmente BNDES e Caixa, buscando apoiar e divulgar as respectivas ações, bem como identificar e orientar possíveis interessados no desenvolvimento dessas parcerias com o setor privado.
- Criar o Fundo Abdib, subgestão do escritório do UNOPS no Brasil, para desenvolver estudos voltados à estruturação de concessões, subconcessões e PPPs, em apoio a municípios e companhias estaduais.

Coordenador: Rogério Tavares (Aegea)

COMITÊ DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades, de forma a retratar as necessidades do setor. Dentre os temas objeto do comitê estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da governança pública e a busca de uma maior segurança jurídica para o setor de resíduos sólidos.

Plano de Ação:

- Elaboração do ISLU 2020 apontando a importância da arrecadação específica para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e atingimento das metas dos ODS/ONU para gestão e manejo de resíduos sólidos assumidas pelo governo brasileiro.
- Elaboração e difusão de estudo sobre cobrança/taxa dos serviços em cidades de referência nos cinco continentes para avaliar práticas mundialmente adotadas para desenvolvimento sustentável do saneamento sólido nas cidades.
- Acompanhamento institucional dos projetos de lei que impactam o setor, como, por exemplo: insalubridade na atividade profissional de limpeza, proteção da trabalhadora gestante ou lactante, reforma regulatória do saneamento básico e regras para contratação pública.
- Acompanhamento da evolução do Pacto Setorial de Integridade de Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos e Efluentes, assinado em 04/12/2019, pelas empresas e entidades de classe signatárias.
- Acompanhamento dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal (Embargos de Declaração da Decisão do STF que impediu a implantação e operação de aterros sanitários em áreas de proteção permanente) e manifestações por *Amicus Curie* (julgamento de recurso contra a cobrança de tarifa por concessionária de serviços de limpeza urbana em Joinville).

- Monitoramento da situação de implantação do MTR Eletrônico (sistema de manifestação de transporte de resíduos) nos diferentes estados.

Coordenadores: Carlos Villa (Solvi) e Dráusio Barreto (Abdib)

COMITÊ DE INDÚSTRIA

Objetivo:

Para apoiar o Brasil na recuperação da indústria, o comitê procurará influenciar o desenvolvimento de um ambiente econômico mais favorável para investimentos de tecnologias disruptivas como o da indústria 4.0 com a finalidade de aumentar a competitividade e a produtividade do país, e consequentemente acelerar a taxa do crescimento econômico e social do país à luz das experiências internacionais bem-sucedidas.

Plano de Ação:

- Liderar uma discussão para o desenvolvimento de uma política industrial nacional ampla de longo prazo, com o engajamento de outras instituições, visando o protagonismo do empresariado na formulação de proposta.
- Colaborar com a reforma tributária para favorecer a agenda do desenvolvimento industrial, a fim de acelerar a remoção de obstáculos e avançar no crescimento.
- Liderar a discussão para o fomento de investimentos em infraestrutura junto a outras instituições e à luz das tendências mundiais, tendo como base um estudo sobre impactos e benefícios gerados pelos investimentos para a competitividade, produtividade, melhoria de qualidade e servitização (soluções produto-serviço) via digitalização dos setores industriais brasileiros.
- Aprofundar o entendimento dos gargalos da infraestrutura na ótica dos estados e apoiar os governos estaduais na busca de soluções para destravar os investimentos e garantir a

implantação de tecnologias modernas (por exemplo, infraestrutura 4.0, políticas de curto prazo de 5G, fundos de P&D, segurança cibernética para infraestrutura crítica, mobilidade elétrica). Apoiar a transição energética para ganho de eficiência, considerando o gás natural na matriz de energia elétrica e promovendo a eletrificação da mobilidade.

- Auxiliar nas dificuldades enfrentadas pela indústria para recuperação dos investimentos e o incentivo a capacitação da mão de obra técnica afim de viabilizar a estratégia nacional.
- Apoiar a expansão de linhas governamentais para projetos de fomento a novas tecnologias e inovações.

Coordenadores: André Clark (Siemens) e Renato Catallini (Tenaris)

COMITÊ DE FERROVIAS

Objetivo:

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente (por meio da prorrogação dos contratos em vigor) assim como a ampliação da malha (com novas concessões) tudo com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo.

Plano de Ação:

- Colaborar para prorrogar a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).
- Endereçar solução para cobrança de IPTU sobre bens públicos arrendados da União.
- Colaborar no processo de revisão da metodologia da taxa do WACC.
- Contribuir na implantação das propostas para modernização da regulação do setor ferroviário.
- Apoiar a realização de um evento jurídico e regulatório do setor ferroviário.

- Acompanhar e apoiar os processos ligados à renovação de concessões ferroviárias junto aos órgãos públicos.
- Acompanhar e apoiar ações do novo marco regulatório do setor ferroviário (PLS 261/2018).
- Acompanhar e apoiar o processo de revisão da lei das concessões (PL 7.063/2017).
- Acompanhar e participar de discussões legislativas para garantir que as faixas não edificáveis contíguas às faixas de domínio público de ferrovias não sejam reduzidas.

Coordenador: Júlio Fontana (Rumo)

COMITÊ DE RODOVIAS

Objetivo:

Avaliar e propor soluções e recomendações com o objetivo de aumentar os investimentos no setor de concessões de rodovias. Analisar tanto os temas regulatórios mais relevantes para o setor quanto os editais de licitação em consulta pública ou que serão publicados em 2020. Além disso, o comitê vai apoiar uma maior interlocução com representantes dos órgãos públicos setoriais.

Plano de Ação:

- Acompanhar as novas licitações do setor, contribuindo nas audiências públicas e através de reuniões com representantes do poder concedente, de órgãos reguladores e de órgãos de controle.
- Acompanhar alterações regulatórias e legais que tenham impacto no setor.
- Acompanhar as concessões rodoviárias em dificuldades financeiras e regulatórias (especialmente processos de reequilíbrio econômico e financeiro), bem como discutir os temas relacionados ao equilíbrio contratual.
- Sugerir aprimoramentos regulatórios que possam contribuir com a evolução do setor de concessões de rodovias.
- Desenvolver propostas de estruturas de

financiamento que sejam adequadas às novas realidades contratuais.

- Auxiliar na interação com órgãos de controle, poder concedente e agências reguladoras com o intuito de minimizar os ônus gerados pela prestação ineficiente de serviços públicos e pela postergação de investimentos.

Coordenadores: Daniel Keller (UNA Consultoria Econômica) e Lucas Santana (Machado Meyer)

COMITÊ DE MOBILIDADE URBANA

Objetivo:

Posicionar a Abdib como interlocutor com competência reconhecida para discussão de questões vinculadas à mobilidade urbana, em particular nos grandes centros metropolitanos, inclusive apoiando ações destinadas à criação de uma instituição pública independente, na forma de uma Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT).

Plano de Ação:

- Concluir a segunda fase do estudo de benchmarking contratado com a KPMG, buscando: desenvolver modelo de Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) que possa ser implementado em regiões metropolitanas acima de 1 milhão de habitantes; identificar arcabouço legal e institucional existente ou a ser desenvolvido que possa viabilizar a criação do modelo de AMT escolhido; e identificar potencial região metropolitana para desenvolver um projeto piloto.
- Identificar principais fatores que, além da inexistência de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo soluções que possam ser apresentadas e discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado.
- Identificar estruturas de financiamento e garantias para projetos de mobilidade urbana.

Coordenador: Roberto Labarthe (CCR)

COMITÊ DE AEROPORTOS

Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

Plano de Ação:

- Acompanhar os leilões da 6ª rodada e contribuir na formatação dos estudos das próximas rodadas de concessão de aeroportos, inclusive estaduais, e de venda de participações da Infraero.
- Contribuir nos temas da Agenda Regulatória da ANAC, cobrança de IPTU e Nova Lei Geral de Concessões.
- Acompanhar os desdobramentos do caso Viracopos, pelo precedente importante para o setor aeroportuário.
- Discutir os impactos da chegada de companhias estrangeiras e *low cost* sobre o setor de aeroportos.
- Propor melhoria da regulação dos desequilíbrios com o objetivo de tornar mais ágil a regulação dos pleitos de reequilíbrio em concessões do setor.
- Propor alternativas para financiamento de concessões no novo cenário de menor apoio do BNDES e maior disponibilidade do mercado de capitais.

Coordenador: Marcelo Allain (BR Infra Group)

COMITÊ PORTOS

Objetivos:

O Brasil guarda um potencial magnífico e ainda pouco explorado para o transporte aquaviário, com uma das maiores costas marítimas do mundo (8 mil quilômetros de costa), e uma ampla rede de rios navegáveis. É uma opção mais limpa e barata para ajudar na redução dos gargalos logísticos do país, embora com infraestrutura ainda muito aquém da necessária. O Comitê de Portos e Hidrovias busca discutir temas, gerar informação e promover iniciativas voltadas: **(i)** ao incremento dos

investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias, e **(ii)** melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.

Plano de Ação:

- Apoiar a promoção de novas rodadas de licitações para arrendamento de terminais em portos organizados.
- Debater e propor iniciativas para desenvolvimento da infraestrutura de hidrovias no Brasil, aproveitando a ampla malha fluvial do país.
- Debater e propor iniciativas para redução da burocracia, aumento da segurança jurídica e melhoria da atuação dos órgãos de controle para realização de investimentos em portos, terminais e hidrovias.
- Participar das discussões da iniciativa "BR do Mar", para estímulo à cabotagem por meio da ampliação do uso de embarcações estrangeiras na navegação entre portos brasileiros.
- Debater questões relativas às taxas de armazenagem e capatazia nos portos brasileiros.
- Por em debate iniciativas para uso da rede portuária para operações logísticas de diferentes indústrias, como petróleo e gás, siderúrgica, celulose, bens de consumo, entre outras.
- Conhecer iniciativas ligadas ao setor em outros países.
- Promover interação constante com os órgãos públicos responsáveis pela regulação, controle e promoção de investimentos em portos e hidrovias.
- Debater projetos de inserção da iniciativa privada na infraestrutura portuária, sejam concessões de terminais em área pública, privatização de companhias docas, venda de ativos, concessões de canais de navegação, autorizações de terminais privados.
- Propor sugestões no âmbito de consultas públicas promovidas por órgãos públicos para aprimoramento do marco legal do setor.

Coordenadores: Décio Amaral (Ultracargo) e Jose Augusto Dias de Castro (TozziniFreire Advogados)

CONVERSA MAIS AMPLA

AO LONGO DE 2019, A ABDIB RECEBEU MAIS DE 40 AUTORIDADES PARA DIALOGAR SOBRE QUESTÕES IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR.



Wellington Dias

Governo do Piauí
13 de fevereiro
O governador do Piauí, acompanhado de outras autoridades, apresentou para 40

empresários os estudos de viabilidade para o projeto do Porto de Luís Correia, que demandará investimentos de R\$ 260 milhões para finalizar a construção. Dívida equalizada e contas organizadas foram determinantes, segundo o governador, para o Piauí ter nível de investimento proporcionalmente melhor do que a média nacional. O Piauí tem um programa com 32 projetos à disposição do setor privado, com investimento potencial de R\$ 7 bilhões nas áreas de rodovias, energia solar, mobilidade urbana e saneamento básico. Até março de 2020, há cinco PPPs com licitação ou chamamento público agendados.



Adalberto Vasconcelos

PPI
19 de fevereiro
Encontro com a equipe do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) –

incluindo José Carlos Medaglia (Obras Estratégicas e Fomento), Marcelo Cunha (Transportes) e Rose Hofmann (Licenciamento Ambiental e Desapropriação) – serviu para conhecer a nova estrutura e prioridades. Os empresários municiaram os gestores do PPI com avaliações sobre diversos setores e indicaram temas relevantes sobre planejamento, ambiente de negócios e governança. Em 2019, o PPI incorporou novas competências: retomar obras públicas paralisadas, estruturação de concessões para estados e municípios, aprimoramentos na modelagem de projetos e apoio ao licenciamento ambiental.



Claudia Valenzuela

Unops

21 de fevereiro

O objetivo foi discutir um programa para estruturar projetos de PPPs municipais de iluminação

pública para ampliar o leque de licitações à disposição dos investidores privados, com estudos de qualidade, maior competição e projetos financeiramente viáveis. Ao lado de Bernardo Bahia, especialista, Claudia Valenzuela, representante do Unops no Brasil, defendeu as PPPs para ajudar na redução das lacunas de infraestrutura no país e explicou que o Unops apoia governos desde a estruturação até capacitação dos gestores públicos e fiscalização dos contratos. Foram discutidos temas como regras de governança, de contratação de consultorias e de transparência, entre outras.



Eduardo Pacheco Fernandes

Prefeitura de São Paulo

20 de março.

Na reunião do Comitê de Mobilidade Urbana da Abdib, o diretor da SP

Parcerias apresentou projetos de mobilidade urbana que compõem o programa de desestatização da capital paulista, com foco na concessão de 27 terminais de ônibus. Foram explicados objetivos, aspectos técnicos e financeiros, obrigações e inovações regulatórias. São cinco terminais para concessão, com perspectiva de R\$ 650 milhões de investimentos em requalificação dos terminais, ações no perímetro de abrangência (ampliação de calçadas, por exemplo) e, sobretudo, no aproveitamento de potencial construtivo, que pode ser explorado com centros comerciais, residenciais e hoteleiros.



Marcelo Barros da Cunha

PPI

27 de março.

A Abdib promoveu reunião dos Comitês Rodovias e Ferrovias com dois

executivos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI): Marcelo Barros da Cunha, secretário de Coordenação de Transportes, e Renan Brandão, diretor. Com 40 empresários e especialistas, foram avaliados aspectos da carteira de projetos do PPI nesses setores, incluindo o andamento, próximas fases e dúvidas de cada empreendimento. Em 32 meses de funcionamento do PPI, de um total de 193 projetos qualificados, 140 foram concluídos (72,5%), com R\$ 257 bilhões em investimentos contratados e R\$ 49 bilhões arrecadados na forma de outorgas ou bônus. Os empresários defenderam que os valores arrecadados como outorgas e bônus sejam reinvestidos no setor de infraestrutura, diretamente ou via aporte público em concessões patrocinadas.



Jônathas de Castro

Secretaria Nacional de Saneamento

27 de março.

O secretário veio ao Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento

Básico da Abdib, durante fase de consulta pública do Plansab, plano de longo prazo do setor de saneamento, que apontou urgência de investir R\$ 600 bilhões até 2033 para buscar a universalização nos setores de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Entre 2019 e 2022, o Plansab indica necessidade de investimento de R\$ 89,8 bilhões. O Estado, no entanto, não tem tal montante de recursos. Em 2019, a União tem no orçamento federal apenas R\$ 360 milhões e precisaria de, no mínimo, R\$ 760 milhões para conduzir as obras em andamento no país inteiro até o fim do ano. Um dos meios para investir mais, disse ele, seria a aprovação da MP 868/2018, então vigente, que criou mecanismos para ampliar a inserção do capital privado no setor.



Eduardo Leite

Governo do Rio Grande do Sul

28 de março.

Cerca de 60 empresários receberam na Abdib o governador do Rio

Grande do Sul, Eduardo Leite, para conhecer os projetos do programa recém-lançado para atrair investimentos privados. A comitiva incluiu os secretários Cláudio Gastal (Governança e Gestão Estratégica) e Artur Lemos Júnior (Meio Ambiente e Infraestrutura) e os diretores Roberto Niederauer (Logística e Transportes) e Rafael Ramos (Concessões e PPPs). Os primeiros projetos da lista de concessões pretendidas somam R\$ 3,4 bilhões, com destaque para trechos rodoviários. O estado tem diretriz de atrair o setor privado e novos projetos serão incluídos no programa de concessões e PPPs. O governo apresentou planos de privatizações, reforçou a estrutura para concessões e apoiará municípios com estudos e projetos.



Roberto Cavalcanti Tavares

Aesbe

11 de abril.

O Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib discutiu

a tramitação da MP 868/2018, que aperfeiçoa o marco regulatório com a presença de Roberto Cavalcanti Tavares, presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento e da Compesa. Tavares afirmou que o marco regulatório e o planejamento precisam dar perspectivas e estabilidade no longo prazo para o investimento acontecer e defendeu incentivos para que a prestação do serviço seja cada vez mais regionalizada, conferindo escala à atividade. Para ele, investimento privado é bem-vindo e precisa aumentar. Ele defendeu a manutenção dos contratos de programa entre prefeituras e companhias estatais. Tavares disse que é preciso intensificar o diálogo entre as partes para obter avanços.



Murilo Ruiz Ferro

Governo do Rio de Janeiro

17 de abril.

O governo fluminense reorganiza a estrutura e a governança para ser mais

efetivo às parcerias com o setor privado. Foi o que explicou Murilo Ruiz Ferro, subsecretário fluminense de Concessões e Parcerias, no Conselho Consultivo da Abdib. Ele indicou que a meta é consolidar um novo programa antes de 180 dias da atual gestão e tem convidado empresas e instituições para contribuir com a retomada do investimento no estado. Murilo Ferro explicou que, após um diagnóstico da situação das concessões e parcerias no RJ, há projetos que estão sendo retomados, pois estavam com processos de PMI paralisados. Há também projetos novos, em fase embrionária.



Dany Oliveira

IATA

22 de abril.

Em um momento em que o Congresso Nacional discutia a possibilidade de

empresas estrangeiras ampliarem a participação no capital de companhias áreas, empresários e especialistas receberam em reunião do Comitê de Aeroportos Dany Oliveira, country director da International Air Transport Association (IATA). Ele afirmou que a liberalização pode gerar impulso ao crescimento do mercado brasileiro, transformando-o em um dos principais no cenário aeroportuário global. No entanto, alertou para dificuldades locais, como o excesso de judicialização envolvendo a atividade no Brasil e o custo ainda elevado do combustível para a aviação.



Patricia Ellen da Silva

Governo de São Paulo
24 de abril.
Empresários dos setores de infraestrutura e indústrias de base tiveram a oportunidade

de dialogar com a secretária do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo sobre políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento econômico. A secretária listou iniciativas recentes, como desoneração de setores como aviação, e informou sobre o programa de concessões e parcerias, que contempla 220 projetos, boa parte nas áreas de infraestrutura. Os empresários presentes tiraram dúvidas sobre iniciativas em fase de estudos, como aeroportos regionais e despoluição do Rio Pinheiros. O governo quer criar polos produtivos setoriais de desenvolvimento – um deles sobre tecnologia.



Carlos Motta Nunes

Agência Nacional de Águas
29 de abril.
O superintendente adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de

Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA explicou que a agência começou a se preparar para cumprir as novas competências nos setores de saneamento e resíduos sólidos. Um dos pontos centrais da reforma regulatória é conceder para a ANA a competência para instituir normas de referência para entes reguladores subnacionais, disseminando melhores práticas e fomentando a uniformidade regulatória para questões como padrões de qualidade e eficiência, regulação tarifária, padronização de instrumentos negociais, critérios para contabilidade regulatória, metodologia de cálculo de indenizações em casos de investimentos não amortizados.



Henrique Meirelles

Governo de São Paulo
30 de abril.
Em encontro na Abdib, o secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo avaliou o cenário

econômico e as perspectivas tanto para o Brasil quanto para o estado. Meirelles indicou que, para confirmar a rota do desenvolvimento sustentado, é preciso aprovar a reforma previdenciária, único meio para abrir mais espaço para investimentos e para que o Estado possa cumprir as regras de limite para gastos públicos. O secretário explicou que as expectativas frustradas de crescimento econômico para 2018 e 2019 são fruto da demora em concluir reformas estruturantes e o ajuste fiscal. Tão logo esses processos sejam finalizados, os agentes externos demonstram interesse em investir no Brasil – e São Paulo será beneficiado. Historicamente, o estado cresce 20% acima das taxas nacionais.



Ricardo Cyrino

Ministério de Minas e Energia
02 de maio.
Integrantes do Comitê Estratégico do Setor Elétrico discutiram os

temas prioritários do setor com participação especial do secretário de Energia Elétrica, Ricardo Cyrino, que discorreu sobre os desafios que o Ministério de Minas e Energia tem tentado endereçar, incluindo o GSF (indicador que mensura o risco hidrológico para hidrelétricas) e reforma regulatória, entre outros temas. Abdib e ministério combinaram de manter agenda regular de diálogos para o setor empresarial contribuir com o governo onde for pertinente, sobretudo em temas estruturantes como a reforma do modelo do setor elétrico, em debate. Temas pertinentes às áreas de geração, transmissão e distribuição de energia foram discutidos, bem como segurança jurídica e sustentabilidade financeira no setor.



Jorge Fernando Monte Pinto

Sysfer
07 de maio.
A renovação das concessões ferroviárias, além de novos

investimentos intrínsecos e da modernização consequente do escopo dos contratos, envolve também discussões sobre o destino que será dado para trechos considerados antieconômicos para as operadoras ferroviárias. O Comitê de Ferrovias se debruçou sobre possíveis vocações para estes trechos a partir de metodologia elaborada pela Sysfer. O executivo explicou conceitos que sustentaram a formulação de critérios para avaliar alternativas e assim aproveitar tais segmentos em usos ferroviários (short lines, transporte de passageiros e trens turísticos) e não ferroviários (usos urbanísticos). O especialista pediu arcabouço técnico e institucional para viabilizar alternativas.



Jorge Arbache

CAF
28 de maio.
O vice-presidente para o Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina foi

recebido pelos Comitês de Relações Internacionais e de Indústrias da Abdib e apresentou o histórico de atuação da instituição de fomento nos países latino-americanos, região cujo foco está em áreas de infraestrutura. Ele disse que o apetite por crédito de instituições multilaterais foi reduzida devido à crise fiscal do poder público como um todo, que impactou a capacidade deste de oferecer garantia soberana. Arbache explicou que a CAF procura instrumentos financeiros diversificados para atuar na infraestrutura. Um exemplo é um fundo de infraestrutura pelo qual a instituição pretende comprar debêntures incentivadas.



Diogo Mac Cord

Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
24 de maio.
No Comitê de Desestatização da Abdib,

o secretário explicou que para haver mais projetos disponíveis para licitações, são necessários R\$ 2 bilhões em 2019 – e, assim, fazer com que o investimento em infraestrutura rume para 5% do PIB. O governo federal reformulou as regras do Fundo de Apoio e Participação de Projetos (Faep), que terá US\$ 50 milhões do New Development Bank (NDB). O BNDES será responsável por contratar consultorias para elaborar estudos. Além disso, será enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei com incentivos regulatórios para impulsionar investimentos privados, que pretende prever monitoramento e alertas tempestivos a partir de indicadores econômicos e financeiros da concessão bem como benefícios fiscais em debêntures para investidores institucionais.



Marcos Félix

Ministério da Infraestrutura
04 de junho.
O PLS 261/2018, que trata sobre autorização para a exploração do transporte ferroviário, foi tema do

Comitê de Ferrovias da Abdib. O assessor especial analisou o funcionamento do modelo ferroviário no Japão, Estados Unidos, Austrália e China, defendeu o modelo de autorização para o desenvolvimento das ferrovias brasileiras e explicou a relevância de conceitos intrínsecos desta opção, como liberdade de preços, perpetuidade de ativos, autorregulação operacional e regras de segurança do trânsito e do transporte determinadas pelo Estado. Félix também disse ser favorável que o modelo de autorização permita ao empreendedor se apoderar de receitas oriundas do desenvolvimento urbano, além das dos transportes.



Luiz Fernando Ururahy de Souza

Tribunal de Contas da União
06 de junho.
No Comitê de Rodovias da Abdib, o secretário

de Fiscalização de Infraestrutura da Rodoviária e de Aviação Civil do TCU explicou a forma de atuação no tribunal em processos envolvendo concessões passadas e futuras. Ele também analisou temas considerados desafiadores atualmente para o andamento dos investimentos no setor, como possíveis causas e soluções para os contratos da terceira etapa de concessões federais rodoviárias, o atual estágio de governança e eficiência da ANTT e os prazos e etapas do TCU para analisar estudos das próximas concessões. A discussão faz parte da diretriz da Abdib de interagir mais com órgãos de controle, agentes importantes no desenvolvimento dos investimentos em infraestrutura.



Marco Aurélio de Barcelos

Governo de Minas Gerais
19 de junho.
O secretário de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais,

em reunião do Conselho Consultivo da Abdib, apresentou as diretrizes dos programas de investimento em infraestrutura. Além de detalhes dos trechos rodoviários incluídos para concessão, Barcelos listou potencial de negócios em outras quatro áreas: hospitais regionais, parques estaduais, metrô e anel rodoviário no entorno da região metropolitana da capital mineira. As privatizações devem avançar nos próximos quatro anos em diversos setores econômicos. Na área rodoviária, o governo mineiro aproveitou iniciativas de planejamento de governos passados e trabalha para que os contratos contêmham a vanguarda do que há em soluções regulatórias.



Rodrigo Barata

Governo de São Paulo
28 de junho.
O coordenador de estruturação de projetos da Secretaria de Governo explicou que o estado

tem 21 projetos de concessões e PPPs para viabilizar até 2022, com perspectiva de R\$ 37,6 bilhões em investimentos no período dos contratos. O governo paulista aposta em boa estruturação e mecanismos regulatórios que reforcem a segurança jurídica e capacidade de financiá-los, como acordos tripartites, cláusulas de *way-out*, proteção cambial e metodologia de indenização para extinção antecipada dos contratos, entre outras inovações adotadas nas últimas licitações. Para ampliar a competição, a norma agora é conceder 120 dias de prazo entre a publicação do edital e a realização da licitação e padronizar minutas de edital e de contrato.



Solange Paiva Vieira

Superintendência de Seguros Privados
04 de julho.
Solange Paiva Vieira, superintendente da Susep, explicou

perspectivas para a regulamentação do seguro garantia para infraestrutura e diversos outros temas de interesse dos investidores para que haja avanços que propiciem o financiamento de investimentos sem uso de garantias corporativas. A retomada do crescimento econômico, segundo ela, vai impulsionar o setor de seguros e que a necessidade de liberar balanços corporativos exigirá mudanças (como o monitoramento das obras a ser executado pelas seguradoras, que terão de reforçar estrutura interna) e um uso mais intenso do seguro garantia e dos *project finance non recourse*. A pauta é prioritária para investidores, seguradores e financiadores.



Gabriela Engler

Governo de São Paulo
23 de julho.

Em reunião do Comitê de Rodovias, a secretária executiva de Parcerias do governo paulista

avaliou o histórico e as próximas etapas do programa de concessões rodoviárias. O próximo leilão envolve a concessão entre Piracicaba e Panorama com 1.273 km e R\$ 14 bilhões de investimentos. São Paulo mantém diretriz de utilizar as concessões para promover investimentos, inclusive direcionando recursos obtidos em outorgas para a manutenção de estradas administradas pelo poder público. A visão de longo prazo é conceder a malha rodoviária estadual por completo. A secretária disse que há determinação de resolver passivos regulatórios em torno das concessões rodoviárias vigentes.



Renato Casagrande

Governo do Espírito Santo
23 de julho.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, relatou situação fiscal equilibrada,

estoque zerado de precatórios e baixo nível de endividamento. O estado terá R\$ 7 bilhões para investimentos até 2022 entre recursos próprios e financiamentos já contratados. O governador frisou que, passados quatro anos de foco no ajuste fiscal, chegou o momento de adicionar um pouco de audácia nos investimentos. Casagrande listou operações de crédito já contratadas para aportes em áreas como educação, tecnologia, rodovias, saneamento básico, com as quais pretende, este ano, dobrar o volume estadual de investimentos em relação ao que foi feito em 2018. O governo estadual reformulou o programa de concessões e parcerias.



Ronei Glanzmann

Secretaria Nacional de Aviação Civil
24 de julho.

Ronei Glanzmann, secretário nacional da SAC, explicou no Comitê

de Aeroportos da Abdib que há perspectiva de crescimento no setor nos próximos anos e que o governo brasileiro trabalha para atrair investimentos e companhias aéreas para o mercado doméstico, com mudanças legislativas e regulatórias. Exemplo de iniciativas: fim da restrição de capital estrangeiro para companhias aéreas, desregulamentação dos serviços, possibilidade de cobrança de franquia de bagagens e avanço dos programas de concessões e de aeroportos regionais. O secretário salientou que o mercado aéreo brasileiro tem sido resiliente e, mesmo com a crise econômica, os indicadores de oferta e de demanda cresceram entre 2017 e 2018.



Alexandre Sampaio de Arrochela Lobo

Ministério da Economia
06 de agosto.

Os impactos e as perspectivas do acordo entre Mercosul e União

Europeia foram o principal item do encontro do Comitê de Relações Internacionais da Abdib com o subsecretário de Negociações Internacionais, que também explicou o histórico e os resultados das negociações. Este será o mais importante e denso acordo comercial já assinado pelo Brasil, constituindo uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Alguns setores produtivos terão de se adaptar, mas o país como um todo será beneficiado na agenda do comércio exterior após o acordo, que é o primeiro de uma fila em fase de discussões (Noruega, Canadá e México, por exemplo), alguns em fase avançada. O acordo está atualmente em fase de revisão técnica e jurídica.



Carlos Da Costa

Ministério da
Economia



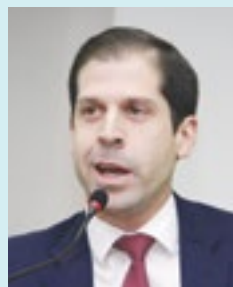
Martha Seillier

PPI



Gustavo Montezano

BNDES



Diogo Mac Cord

Ministério da
Economia

01 de agosto

O governo lançou na Abdib na presença de 70 empresários a estratégia federal para a infraestrutura. Foram apresentadas metas – uma delas é elevar o investimento anual no setor dos atuais 1,6% para 3,8% sobre o PIB – para serem atingidas até 2022. Além de Carlos Da Costa, secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, estiveram na Abdib **Martha Seillier** (PPI); **Gustavo Montezano**, (BNDES); e **Diogo Mac Cord**, Fabiano Pompermayer e Sidney Caetano (Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura - SDI). Carlos Da Costa disse que o Brasil vai crescer mais de 4,0% ao ano assim que recuperar a produtividade perdida nas últimas décadas e que o governo quer aumentar o estoque de capital na infraestrutura, o que ocorrerá fundamentalmente via setor privado. Gustavo Montezano explicou que o BNDES volta a ser o banco do desenvolvimento, menos

focado em oferta de crédito de longo prazo e mais centrado em inteligência financeira, bons projetos e boas decisões setoriais. A secretária especial do PPI, Martha Seillier, ressaltou que o PPI vai apoiar a estruturação e a governança para concessões e PPPs com estados e municípios e que o saneamento básico é a última fronteira para o investimento privado. Diogo Mac Cord disse que a estratégia para dobrar o atual nível de investimento em infraestrutura está baseada em alguns pilares: reduzir o papel do Estado, destravar a regulação para atrair investimento privado, fazer planejamento de longo prazo e ampliar a quantidade de projetos disponíveis para o setor privado – tudo ao mesmo tempo. Participaram também do encontro Luiz Idelfonso Simões Lopes (Brookfield), o Tiago Mitraud (Novo) e José Buainain Sarquis (NDB).





Hélio da Cunha Bisaggio

Agência Nacional de
Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis
13 de agosto.
No Comitê de
Desestatização da Abdib,

o superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP explicou atividades em curso para a implantação do novo mercado de gás natural a partir da transição de um mercado mais monopolista para outro mais competitivo, o que exigirá diversas mudanças regulatórias no médio prazo. Decretos e resoluções já foram publicados, bem como decisões do Cade, para ampliar o acesso à infraestrutura e aumento da concorrência. No encontro, foi ressaltado que a Abdib pode exercer papel relevante para apoiar a harmonização da legislação federal e estadual para que não haja restrições tributárias.



Felipe Salto

Instituição Fiscal
Independente
11 de setembro.
Para conselheiros da
Abdib, o diretor-
-executivo da IFI disse

que a principal função do órgão do Senado Federal é difundir na sociedade brasileira avaliações qualificadas sobre a situação fiscal do país. O diálogo abordou assuntos como impactos previstos com as reformas previdenciária e tributária, os custos das isenções fiscais e as consequências do nível de investimento público, cada vez mais reduzido. Salto sugeriu que o poder público aumente investimentos mesmo que isso provoque o descumprimento das regras do regime de teto de despesas. Essa consequência, inclusive, traria efeitos positivos, pois forçaria o acionamento de gatilhos legais já em 2020 – antecipando o que está previsto para ocorrer em 2022. Isso possibilitaria reduzir alguns gastos correntes, como de pessoal.



Geninho Zuliani

Câmara dos Deputados
09 de setembro.
O deputado federal é
relator do projeto de lei
que atualiza o marco
regulatório do

saneamento básico. Para ele, concorrência e regulação são considerados pilares para atrair investimentos necessários para a universalização e disse estar otimista com a aprovação da reforma regulatória. Os coordenadores de comitês da Abdib ressaltaram a importância de equiparar o escopo dos contratos de programa aos de concessão, com metas claras, permitindo fiscalização e processos de caducidade em casos persistentes de descumprimento, bem como ser fundamental garantir a sustentabilidade financeira no setor de resíduos.



Arnaldo Jardim

Câmara dos Deputados
13 de setembro.
O deputado é relator
do PL 7.063/2017 e
apresentou na Abdib o
estágio dos trabalhos

da comissão especial que estuda melhorias nas regras de concessões, PPPs e fundo de investimento em infraestrutura. Arnaldo Jardim ofereceu uma visão geral das discussões feitas até então, destacando os temas mais relevantes. O relator defendeu que os contratos sejam mais focados em garantir a entrega do escopo e dos resultados pretendidos em vez de procedimentos que indiquem como atingir tal resultado. Além disso, quer que os contratos possam absorver adequações derivadas do avanço da tecnologia. Outro pilar está nas garantias, tanto para o concessionário, de que vá receber o que o contrato prevê, quanto para o poder público, garantindo ao cidadão as obras previstas.



Ismael Trinks

Ministério da Infraestrutura
01 de outubro.
O diretor do
Departamento de
Transporte Ferroviário
atualizou os empresários

do Comitê de Ferrovias da Abdib sobre o atual estágio dos processos de prorrogação de concessões e das novas concessões ferroviárias cujos projetos estão em desenvolvimento. Juntos, os projetos discutidos nestes dois grupos podem injetar R\$ 62 bilhões em investimentos para expandir a malha e aumentar a produtividade do sistema ferroviário brasileiro. Os processos de renovação antecipada podem resultar em investimentos significativos para resolver conflitos urbanos em diversas cidades interceptadas pelas estradas de ferro. Até o momento, nas quatro concessões em etapas mais adiantadas e com números disponíveis, a solução pode chegar a 144 municípios.



Álvaro Fleury Veloso da Silveira

Operador Nacional do
Sistema Elétrico
03 de outubro.
No Comitê Transmissão
de Energia da Abdib,

o diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios do ONS apresentou a evolução das iniciativas entre a instituição governamental e a Abdib. No total, de 11 ações, cinco já foram concluídas, das quais restam decisões administrativas do ONS para três delas. O diretor do ONS explicou o escopo, evolução e propostas para diversos temas importantes dentro da agenda de discussões das concessionárias de transmissão de energia, como obrigação de emissão de nota fiscal eletrônica derivada de decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e simplificação da liquidação dos Encargos do Uso do Sistema de Transmissão (EUST).



Renato Rosenberg

PPI
17 de outubro.
No Comitê de
Iluminação Pública da
Abdib, o assessor do
PPI explicou os projetos

em estruturação para as áreas de iluminação – dez, no total – por meio do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP). A expectativa é realizar licitações em junho de 2020. O executivo informou perspectivas do PPI em diferentes horizontes. No curto prazo, o objetivo é testar, nos dez projetos em estruturação, o impacto da melhoria da iluminação pública na segurança pública. No longo prazo, há discussão para verificar a possibilidade de ampliar a abrangência do escopo contratual de projetos de PPP em iluminação pública para incorporar outras funcionalidades urbanas.



Igor Calvet

ABDI
06 de novembro.
O presidente da Agência
Brasileira de
Desenvolvimento
Industrial, em reunião

dos Comitês de Indústria e de Inovação, destacou o papel da agência na conexão entre governo e empresas para impulsionar iniciativas que resultem em ganhos de produtividade e inovação. Calvet explicou iniciativas já adotadas pela ABDI. A principal foi o Programa Brasil Mais Produtivo, criado em 2016 com objetivo de introduzir técnicas e ferramentas para elevar padrões de produtividade em pequenas e médias empresas por meio de melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto. O programa gerou um ganho médio de 52% na produtividade das 3 mil empresas que participaram da iniciativa federal entre 2016 e 2018.



Pedro Bruno Barros

BNDES
18 de novembro.
No Comitê de Desestatização, o superintendente da Área de Governo e

Relacionamento Institucional do banco de fomento explicou as funções do BNDES na estruturação de empreendimentos para o setor público e o desenvolvimento das atividades dentro da "fábrica de projetos". O objetivo da iniciativa é ampliar o estoque de estudos para dinamizar a quantidade de licitações de concessões e parcerias público-privadas dos governos federal, estaduais e municipais para o setor privado. O BNDES já tinha em carteira de estruturação 60 projetos, além de ter mapeado outras 114 oportunidades nos estados. Há esforço para padronizar procedimentos e ganhar agilidade, como na contratação de consultorias.



Renata Perez Dantas

Artesp
04 de dezembro.
A diretora de Assuntos Institucionais da Agência de Transporte do Estado de São Paulo participou

de encontro do Comitê de Rodovias da Abdib no qual diversos temas regulatórios foram discutidos. Assuntos como modelo de competição – outorga ou deságio na tarifa – foram avaliados, discorrendo sobre aspectos positivos e negativos de cada opção. Os empresários e especialistas mostraram confiança no programa de concessões do governo paulista. Foram avaliados diversos mecanismos e cláusulas de interesse dos investidores, como acordo tripartite, formas de tratamento de pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro, indenização por investimentos não amortizados e detalhes de estudos de viabilidade.



Tiago Sousa Pereira

ANAC
05 de dezembro.
No Comitê de Aeroportos, o superintendente de Regulação Econômica da

Agência Nacional de Aviação Civil, acompanhado de Bruno Falcão, gerente de Informações e Contabilidade, analisou o funcionamento da regulação recém-publicada sobre indenização de investimentos não amortizados em casos de devolução antecipada dos contratos de concessão. O executivo apresentou modificações feitas na norma após as propostas entregues pelos agentes do mercado durante as audiências públicas. A norma foi considerada satisfatória pelos integrantes do comitê da Abdib e diversas contribuições técnicas feitas pelo mercado durante o processo de audiência pública foram acatadas pelo órgão regulador de aviação civil.



Lucas do Couto Ferraz

Secretaria de Comércio Exterior
11 de dezembro.
Durante a reunião do Comitê de Relações Internacionais, o

secretário de Comércio Exterior falou sobre a agenda de trabalhos desenvolvida durante o ano. Segundo o secretário, foram realizadas, em 2019, mais de 350 reuniões de trabalho com o objetivo principal de melhorar a inserção e a integração internacional do Brasil com os principais parceiros comerciais do mundo. Ferraz afirmou que uma maior integração comercial aumenta a produtividade brasileira com importantes resultados para a economia do país. O secretário ainda listou as ações governamentais para ampliar a abrangência dos acordos comerciais do Brasil com o mundo, explicando detalhes de alguns processos em andamento.

Diálogos da Infraestrutura

Com a proposta de promover a troca de ideias e trazer tendências sobre os assuntos ligados à infraestrutura e aos associados, os Diálogos da Infraestrutura se consolidam, com sua terceira temporada e a realização de nove encontros ao longo de 2019. Foram cerca de 300 pessoas que passaram pela associação ao longo dos encontros que trouxeram temas como: a nova lei geral de proteção de dados, a inserção da mulher no mercado de infraestrutura, sinistros em obras de grande porte, fontes de financiamento, garantias do setor público em PPPs, entre outros.



- 12/02/2019 ■ Monetização de créditos e direitos judiciais
- 25/04/2019 ■ Compliance: desafios penais, cíveis e administrativos
- 08/05/2019 ■ Garantias do setor público nas parcerias público-privadas
- 13/06/2019 ■ Ciberataques: Como proteger as empresas aos riscos da atualidade
- 05/07/2019 ■ Lei Geral de Proteção de Dados: Como adequar as empresa à nova legislação
- 12/09/2019 ■ PPP terminais urbanos do município de São Paulo
- 03/10/2019 ■ Fontes de financiamento locais e Internacionais para a infraestrutura
- 01/11/2019 ■ Acidentes em obras de engenharia e infraestrutura: lições aprendidas
- 16/12/2019 ■ Mulheres na infraestrutura: porque a presença delas importa





MISSÃO ABDIB EM INFRAESTRUTURA CANADÁ

25 A 28 DE FEVEREIRO DE 2019,
EM TORONTO E MONTREAL

Objetivo: Diante do crescimento da quantidade de projetos de concessões e parcerias público-privadas nas áreas de infraestrutura no Brasil, a missão foi idealizada para promover oportunidades de investimentos, networking e troca de experiências sobre os setores de infraestrutura brasileiro e canadense.

Público: 100 pessoas

Treinamento. Os participantes tiveram acesso a um curso de PPP, com certificação pelo Conselho Canadense de PPPs, que discutiu questões relacionadas à estruturação, financiamento e gestão de contratos de PPPs no modelo canadense.

Apresentação de projetos. Os representantes dos governos brasileiros ressaltaram para os executivos dos fundos canadenses a estrutura da administração pública responsável pela condução de projetos de concessões; características dos projetos; e inovações regulatórias e em editais que mitigam riscos e dão segurança jurídica aos investidores.

Reuniões de negócios: As conversas diretas entre empresas e governos brasileiros com representantes de fundos e investidores canadenses serviram para esclarecer questões como estrutura das unidades de concessões dos governos brasileiros, características dos projetos e avanços regulatórios que tornam as oportunidades de investimento mais atrativas.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – INTERCÂMBIO BRASIL X EUA

15 DE ABRIL DE 2019, EM SÃO PAULO

Objetivo: Promover o diálogo e a troca de experiências com a National Waste & Recycling Association sobre o processo de erradicação dos lixões nos Estados Unidos e avaliar experiências bem-sucedidas naquele país para garantir estabilidade econômica e regulatória para a prestação ambientalmente adequada dos serviços no Brasil.

Público: 200 pessoas

Contexto. O Brasil tem quase 3.000 lixões em 1.600 cidades. Os EUA chegaram a ter 19 mil lixões que, ao longo das décadas, foram sendo substituídos paulatinamente por aterros sanitários. A partir dos anos 80, houve um movimento de consolidação de operações em aterros regionais, o que reduziu a quantidade de

instalações de 7.924 em 1998 para 1.956 em 2014, segundo a Environmental Protection Agency (EPA).

Estrutura. Um painel abordou a experiência norte-americana no processo de erradicação dos lixões e de desenvolvimento do mercado de gerenciamento de resíduos sólidos. Os especialistas da NWRA explicaram sobre a solução adotada, baseada em aterros regionais, e a solução econômica para áreas contaminadas. A sustentabilidade econômica dos serviços e os principais modelos de custeio também foram comparados.

Repercussão. Os temas e conteúdos distribuídos antes, durante e depois do evento renderam reportagens em jornais de grande circulação nacional e portais na internet, incluindo uma série de reportagens no Jornal Nacional sobre o desafio de extinguir os lixões no Brasil.



ABDIB FÓRUM 2019 – ESTRATÉGIAS PARA A RETOMADA DA INFRAESTRUTURA

DATA: 21 E 22 DE MAIO DE 2019,
EM BRASÍLIA

Objetivo: Engajar os setores públicos e privados em torno de diretrizes e sugestões da Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2018, documento produzido pela Abdib para promover as transformações necessárias para impulsionar investimentos e expandir a oferta de infraestrutura.

Público: 550 pessoas

Contexto: O Brasil investiu, em média, 1,8% do PIB na infraestrutura nos últimos quatro anos – e nunca investiu mais que 2,5% nos últimos 15 anos. Mas precisa investir 4,3% do PIB por dez anos seguidos para remover gargalos que dificultam o avanço da produtividade e o desenvolvimento econômico e social. Adaptar a

infraestrutura brasileira ao que existe de fronteira tecnológica demandaria esforço ainda maior

Participação. O fórum contou com mais de 40 autoridades públicas, incluindo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministros e secretários de Estado, presidentes de bancos públicos e privados, ministros do TCU, governadores e secretários estaduais, além de demais autoridades.

Principal mensagem: O país precisa construir um ambiente de harmonia entre os Três Poderes para que seja possível conduzir as reformas econômicas necessárias e adotar as políticas públicas e ações pertinentes para aproveitar o potencial de investimento nos mais variados setores da infraestrutura, aproveitando o capital interno e externo.



ABDIB FÓRUM INFRAESTRUTURA REGIONAL – EDIÇÃO NORDESTE

22 DE AGOSTO DE 2019, EM TERESINA

Objetivo: Além de consolidar a visão de que infraestrutura é vetor para o desenvolvimento sustentado e inserir a agenda da infraestrutura no topo das prioridades das lideranças públicas e privadas regionais, a pretensão foi reverberar soluções capazes de remover obstáculos à expansão dos investimentos e proporcionar espaço qualificado para a apresentação de programas e projetos estaduais em infraestrutura.

Público: 290 participantes

Legitimidade: Os nove estados estiveram presentes no painel de abertura, com sete governadores e dois vice-governadores. No dia anterior, a Abdib foi convidada a participar do encontro do Consórcio Nordeste,

grupo dos governadores para planejar e conduzir políticas públicas conjuntamente em prol do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Projetos: A Abdib produziu um documento com dados econômicos e projetos de infraestrutura dos estados nordestinos. A lista contemplou 84 projetos em transportes, saneamento, telecomunicações, energia elétrica, infraestrutura urbana e áreas sociais.

Governadores: Estiveram presentes os governadores Wellington Dias (Piauí), Rui Costa (Bahia), Flávio Dino (Maranhão), Camilo Santana (Ceará), João Azevedo (Paraíba), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte) e Belivaldo Chagas (Sergipe), além dos vice-governadores Luciano Barbosa (Alagoas) e Luciana Santos (Pernambuco).

EDUCAÇÃO CORPORATIVA



ACADEMIA DIGITAL

DESDE 2004, O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA ABDIB PARA A INFRAESTRUTURA PROMOVEU 70 CURSOS COM CERCA DE 1.500 ALUNOS QUE APERFEIÇOARAM COMPETÊNCIAS RELEVANTES PARA O SETOR

Depois de uma transformação que adequou o programa e a carga horária às necessidades dos alunos, o EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib para o setor de infraestrutura, entra numa nova fase, cujo objetivo é construir uma plataforma de treinamento à distância por meio da oferta de cursos digitais. O modelo é apropriado para profissionais que estão espalhados por diversas localidades do país e precisam de flexibilidade para assistir as aulas em horários alternativos.

O EduCorp realizou quatro cursos presenciais em 2019, sobre temas como financiamento da infraestrutura com foco em *project finance*³² e seguros e garantias para infraestrutura³³. Desde 2004, quando foi criado, o EduCorp já promoveu mais de 70 cursos, atendendo mais de 1.500 alunos, interessados em aprimorar conhecimento e competências para funções voltadas aos negócios no setor. Para o primeiro semestre de 2020, cinco cursos estão disponíveis, sobre financiamento e seguros e garantias, entre outros temas.

O programa planeja o conteúdo dos cursos baseado nas necessidades dos alunos. Em seguida, convida para o corpo docente um time de profissionais oriundos de empresas do setor ou de instituições de ensino superior, criando um ambiente favorável para troca de experiências e aprendizado de acordo com a realidade do mercado. A programação conta principalmente com cursos de curta duração, inclusive no período noturno, atendendo exigências e demandas dos profissionais do setor.

32. O *project finance non recourse* está na 28ª turma e possibilita o financiamento sem aporte de garantias corporativas

33. Mais recente, o curso sobre seguros e garantias para infraestrutura está na sexta turma.

COMUNICAÇÃO



CONVERSA MAIS AMPLA

A ABDIB INICIA TRABALHO PARA LEVAR INFORMAÇÕES PARA PÚBLICOS MAIS ABRANGENTES E HETEROGÊNEOS, INICIATIVA QUE GANHA RELEVÂNCIA EM ANO DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Uma instituição como a Abdib, que atua em vários segmentos da infraestrutura, tem diversos públicos de interesse, para os quais surge a necessidade de comunicar temas distintos e com abordagens muitas vezes diferentes. Nos últimos anos, uma estratégia tem sido implantada para personalizar a comunicação de acordo com as demandas de cada grupo. Em 2020, um ano relevante devido às eleições municipais e à urgência de engajar muitas pessoas em torno das soluções que a infraestrutura requer, esse princípio ganha relevância.

A Abdib, em 2019, adotou planejamento e ações necessários para modernizar as frentes de comunicação institucional nas plataformas digitais, buscando levar mensagens apropriadas e personalizadas para públicos distintos. Isso inclui portal, mídias sociais³⁴ e periódicos online, entre outras. Entre associados, empresários e autoridades públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal, há um enorme contingente de pessoas que precisam receber informações dos setores de infraestrutura e da Abdib.

O esforço para manter o fluxo de informação fluindo nas frentes mais tradicionais de comunicação continua. Em 2019, mais de 80% das solicitações de informações e entrevistas feitas pela imprensa foram atendidas. Na mídia,

122 matérias foram publicadas em 2019 (incluindo somente jornais de grande circulação e emissoras de TV e rádio). Periódicos digitais contribuíram para a Abdib adaptar a informação de acordo com os públicos – e um dos mais relevantes é formado por profissionais das empresas associadas. Para este público, 607 notícias foram distribuídas em 2019, contribuindo para haver simetria de informações entre os associados, princípio que deve ser praticado intensivamente em uma associação de classe.

34. Além de distribuir informações por redes sociais como Twitter, LinkedIn, Facebook, SoundCloud e YouTube, o esforço significará abrir canais no Instagram, Spotify e WhatsApp.



PAUTA CHEIA

ALÉM DE RECEBER AUTORIDADES PÚBLICAS E POLÍTICAS EM SÃO PAULO, A ABDIB TAMBÉM PARTICIPA DE REUNIÕES EXTERNAS PARA EXPLICAR PROPOSTAS PARA A INFRAESTRUTURA AVANÇAR



Ao longo de 2019, executivos da Abdib foram recebidos por diversas autoridades públicas, sobretudo do Poder Executivo e do Poder Legislativo. A interlocução ocorre com ministros de Estado, governadores, secretários e parlamentares, mas também com técnicos dos órgãos públicos. Com esse esforço, a Abdib procura difundir e explicar sugestões da Agenda de Propostas da Infraestrutura.

Este empenho contribuiu para a aprovação de projetos de leis e posterior promulgação de três leis importantes para o setor de infraestrutura em 2019: Lei 13.879/2019 (telecomunicações), Lei 13.848/2019 (agências reguladoras) e Lei 13.867/2019 (desapropriações).

35. Diretrizes do governo federal para a infraestrutura e Agenda de Propostas da Infraestrutura da Abdib.
36. Diálogo sobre soluções para problemas em setores de infraestrutura e medidas legislativas em tramitação no Congresso Nacional.
37. Discussão sobre a estruturação qualificada de projetos de concessão rodoviária e o fortalecimento do sistema de garantias.
38. Na pauta, condução das reformas estruturantes, Previdência nos estados e municípios e agenda microeconômica para aumentar a produtividade.
39. Audiência pública organizada pela comissão especial criada para revisar a regulação sobre concessões e PPPs (PL 7.063/2017).
40. Na pauta, sugestões para melhorar o modelo de concessões de rodovias federais.
41. Foram apresentados detalhes do código de conduta e governança interna da Abdib e da agenda de propostas da Abdib.
42. Debate sobre diretrizes para aproveitar o potencial hidrelétrico existente no Brasil.

AUDIÊNCIAS COM AUTORIDADES PÚBLICAS E POLÍTICAS

- 22/01/2019 ■ **Hamilton Mourão** ■ vice-presidente e então presidente da República em exercício³⁵
- 21/02/2019 ■ **Jamil Megid** ■ secretário nacional de Transportes Terrestres
- 23/01/2019 ■ **Carlos Da Costa** ■ secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
- 30/01/2019 ■ **Jônathas de Castro** ■ secretário nacional de Saneamento
- 30/01/2019 ■ **José Carlos Medaglia** ■ secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI
- 11/02/2019 ■ **Joaquim Levy** ■ presidente do BNDES
- 21/02/2019 ■ **Eduardo Gomes** ■ (MDB-TO), senador³⁶
- 21/02/2019 ■ **Jamil Megid** ■ secretário nacional de Transportes Terrestres³⁷
- 30/02/2019 ■ **Jônathas de Castro** ■ secretário nacional de Saneamento
- 30/02/2019 ■ **José Carlos Medaglia** ■ secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI
- 15/03/2019 ■ **Diogo Mac Cord** ■ secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura, e equipe
- 19/03/2019 ■ **Celso Marcon** ■ subsecretário estadual de Infraestrutura do Rio de Janeiro
- 25/03/2019 ■ **Tarcísio de Freitas** ■ ministro da Infraestrutura
- 11/04/2019 ■ **Adalberto Vasconcelos** ■ secretário especial do PPI
- 09/05/2019 ■ **Jean Carlos Pejo** ■ secretário nacional de Mobilidade Urbana
- 22/06/2019 ■ **Wellington Dias** ■ governador do Piauí
- 02/08/2019 ■ **Rogério Marinho** ■ secretário especial de Previdência e Trabalho³⁸
- 20/08/2019 ■ **Bento Albuquerque** ■ ministro de Minas e Energia
- 27/08/2019 ■ **Deputados João Maia** (PL-RN) ■ **Arnaldo Jardim** (Cidadania-SP)³⁹
- 25/09/2019 ■ **Diogo Mac Cord** ■ secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura, e equipe⁴⁰
- 15/10/2019 ■ **Eduardo Leite** ■ governador do Rio Grande do Sul, e equipe de secretários
- 19/10/2019 ■ **Wellington Dias** ■ governador do Piauí
- 28/10/2019 ■ **Antonio Augusto Brandão Aras** ■ Procurador-Geral da República⁴¹
- 11/11/2019 ■ **Diogo Mac Cord** ■ secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura, e equipe⁴²
- 04/12/2019 ■ **Carlos Da Costa** ■ secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
- 17/12/2019 ■ **Helder Barbalho** ■ governador do Pará, e equipe de secretários

MOTOR PARA A RECUPERAÇÃO

EM 2019, O INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA APONTOU CRESCIMENTO, MAS DE FORMA MARGINAL, PERMANECENDO EM PATAMAR MUITO BAIXO NOVAMENTE

Segundo apuração da Abdib, o volume de recursos públicos e privados aportados no setor em 2019 atingiu R\$ 131,7 bilhões, contra R\$ 122,8 bilhões em 2018, em números atualizados pelo IPCA a preços de 2018. Em 2017, os investimentos somaram R\$ 115,2 bilhões. Em 2016, R\$ 117,5 bilhões, pelos mesmos critérios.

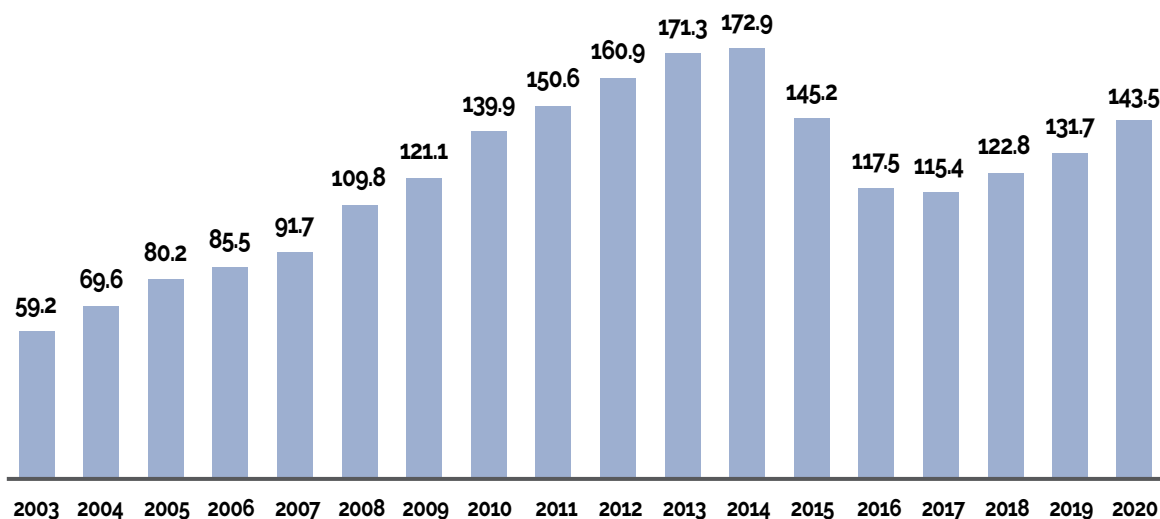
O levantamento da Abdib considera investimentos aplicados em quatro grandes

setores de infraestrutura: transportes, energia elétrica, telecomunicações e saneamento básico. Os dados são apurados junto a empresas, órgãos públicos, governos e agentes setoriais envolvidos com os investimentos no setor.

O Brasil necessita de quase R\$ 300 bilhões de investimentos na infraestrutura por ano, ao longo de dez anos seguidos, para reduzir gargalos à competitividade e aumentar a produtividade.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

(Em valores constantes atualizados pelo IPCA 2018. Em R\$ bilhões)



Fonte: Abdib. Inclui energia elétrica, transportes, saneamento básico e telecomunicações. Não inclui petróleo e gás natural. Para 2019, valor indica previsão.

Adaptar a infraestrutura brasileira ao que existe de fronteira tecnológica ou infraestrutura ideal demandaria esforço ainda maior.

Os valores consideram investimentos necessários para buscar a universalização dos serviços de água e esgoto e reduzir indicadores de perdas, para expandir e recuperar a malha de transportes como um todo, para ampliar os sistemas de telefonia e a rede de banda larga e para suprir a demanda prevista de energia elétrica para os próximos anos.

A situação de baixos investimentos em infraestrutura é fruto de uma redução tanto dos aportes públicos quanto privados no setor – muito mais acentuada por parte do setor público do que do setor privado. Em 2019, ocorreu a quinta queda consecutiva de aportes públicos em infraestrutura desde 2014. Já o setor privado investiu mais pelo segundo ano consecutivo, depois de três quedas entre 2014 e 2017.

Em 2020, as perspectivas são mais promissoras para a infraestrutura, sobretudo devido às iniciativas em curso em setores como petróleo e gás natural, saneamento básico, energia elétrica e transportes, que devem propiciar um crescimento dos investimentos.

Por isso, os investimentos em infraestrutura em 2020, segundo estimativas da Abdib, devem chegar a R\$ 143,5 bilhões, representando 1,87% do PIB. Os números de 2020 representam um crescimento de R\$ 11,7 bilhões em relação ao investido em 2019 – um aumento de 9,0%.



COMMITTEES AND WORK GROUPS

ABDIB CURRENTLY HAS 23 WORK COMMITTEES, 15 OF WHICH ADDRESS SECTORAL ISSUES AND THE 8 REMAINING ADDRESS MATRIX ISSUES RELATED TO ALL INFRASTRUCTURE SECTORS. WORKGROUPS ARE CREATED WITHIN COMMITTEES TO CAREFULLY FOCUS ON CERTAIN TOPICS. IN 2019, ABDIB'S COMMITTEES HELD 98 MEETINGS, WITH MORE THAN 1.700 ATTENDEES.

THE COMMITTEES ARE THE ORGANIZATIONAL BASES FOR ESTABLISHING DIAGNOSIS AND MAKING CONTRIBUTIONS. IN 2019, BASED ON THE COMMITTEE'S PROGRAMMATIC DISCUSSIONS, ABDIB MANAGED TO CONTRIBUTE TO THE BASIC SANITATION REGULATORY REFORM AND COLLABORATE WITH 13 PUBLIC HEARINGS AND CONSULTATIONS HELD BY REGULATORY AGENCIES AND OTHER PUBLIC BODIES IN THE ROAD, AIRPORT, PUBLIC LIGHTING AND ENERGY TRANSMISSION AREAS.

FINANCING AND GUARANTEES COMMITTEE

Considered one of the pillars to expand infrastructure project financing, mainly project finance, the performance bond is now an important issue of Abdib's Financing and Guarantee Committee. In July, we held a meeting with the Superintendence of Private Insurance (SUSEP) to assess product regulation perspectives in order to make it more effective, thus ensuring the completion of works. The matter is relevant to various agents who make up the committee, including insurance companies, brokerage companies and investment funds.

The topic is considered crucial for investors, financiers and insurance companies to allow the progress needed to promote investment financing without using corporate guarantees, an essential step to support the new development cycle of Brazilian infrastructure. SUSEP regulates two branches of performance bonds, i.e. for the public and private sectors, in order to ensure the borrower's compliance with the contractual obligations entered into with the insured party.

During discussions about the new law of public bids and public engagement, a topic largely addressed by the committee, the specialists indicated that performance bonds should follow a different path to make a difference towards financing without corporate guarantees, such as the monitoring of insurance companies' works, which will have to reinforce the internal structure of technicians and engineers. It is also worth noting that the step-in rule must be applied in order to provide an appropriate solution for defaulting concessions. Thus, it is possible to substitute inefficient companies before the concession expires. The committee pointed out that insurance companies cannot act as consenting intervening parties for insured companies.

SUSTAINABILITY COMMITTEE

The legislative discussions on the procedural steps regarding environmental licensing grew in 2019, after several unsuccessful attempts to draft a General Environmental Licensing Law in previous years, especially 2018. At the time, the rapporteur submitted 13 versions of the report, which had not been voted until the end of the last legislative term. The discussion is currently being held by a workgroup created by Rodrigo Maia, President of the House of Representatives of Brazil.

Abdib's committee prepares and monitors proposals on environmental licensing pending in the Brazilian Congress, in conjunction with public bodies in order to propose best practices and rules on environmental licensing. Among the bills analyzed, we have PLS 654/2015 and PL 3,724/2004.

The committee is also responsible for proposing measures related to infrastructure solutions. Our greatest challenge is to have a federal law to substantiate the environmental licensing process in order to avoid discretion and reduce judicialization. For this reason, we have analyses and bills for PL 3,729/2004. Another challenge is to reduce insufficient environmental data and information and increase cooperation among the competent bodies. To that end, Abdib advocates for the creation of an environmental information database fed by studies and information from past licensing processes.

LEGAL AND TAX COMMITTEE

Abdib's 2019 first meeting was held on January 17, in order to discuss the Legal and Tax Committee planning, which is one of the entity's most important and lasting committees, responsible for analyzing tax, legal and regulatory matters related to the infrastructure sector. The meeting was held this early because one of the company's main goals in 2019 was to

move forward with the infrastructure legislative agenda in the Brazilian Congress.

As a result, the provisional presidential decrees and bills impacting several infrastructure sectors gained notoriety in the committee's agenda throughout the year. Meetings have been called to discuss the new legislation on regulatory agencies, the basic sanitation regulatory reform, the future legislation of public bids and public engagement and the legal changes to environmental licensing. The impacts related to the Urban Real Estate Tax (IPTU) on concession revenues and the legal strategies to tackle this topic were also extensively discussed.

The discussions on necessary structural reforms for Brazil to complete the tax adjustment process and promote policies to recover productivity and economic growth were also discussed by the Legal and Tax Committee. The tax reform bills were discussed in meetings held between February and October 2019. The group also provided Abdib with analyses in order for it to participate in seminars.

INTERNATIONAL RELATIONS COMMITTEE

On August 6, more than one month after the European Union and Mercosur close a free trade agreement, the members of the International Relations Committee had the opportunity to assess the initiative impacts with Alexandre Sampaio de Arrochela Lobo, sub secretary of the International Negotiations of the Brazilian Ministry of Industry, Foreign Trade and Services. The members' expectations were positive after the sub secretary declared that the new agreement is only the first in the row.

The information was considered promising as it is in line with the committee's mission to discuss strategies and ways for Brazil's trade opening process, on a rational basis, with planning, gradualism, and to discuss the bases of trade agreements. The group is also working to restructure export credit mechanisms for infrastructure.

Another goal of the committee is to map international alternatives to fund infrastructure in Brazil. With this in mind, we welcomed Jorge Arbache, Vice-President for the Private Sector of the Development Bank of Latin America (CAF). The CAF executive informed about the financial instrument diversification to support infrastructure in Latin American countries. We addressed the same topic on November 11, 12 and 13 within the scope of the BRICS Business Council, when Abdib participated in several activities, approved proposals that were included in the official report and discussed recommendations at bilateral meetings.

PRIVATIZATION COMMITTEE

Created in April 2019, Abdib's Privatization Committee aims to support Brazil's new privatization cycle. By means of discussions and appraisals based on the perceptions and expertise in private companies, concessionaires, law and consulting firms, among others, the group was dedicated to interact with public authorities and indicate the best models and practices for company privatization processes, public service concessions and public-private partnerships (PPP).

The first debate was held with Diogo Mac Cord, Secretary of Infrastructure Development of the Ministry of Economy. He announced the Federal Government's guidelines and initiatives to streamline infrastructure private investments, including methodologies to define rational criteria to select investments and calculate the social rate of return on investments, bills to encourage and unlock investments and private financing, timely monitoring and alerts based on economic and financial indicators of concessions and expansion of debenture benefits for institutional investors as well.

More meetings were held throughout the year. In June, a dialogue was held with Rodrigo Barata,

Partnership Structuring coordinator of the São Paulo State Government to present the government's program and concession projects. In August, a meeting was held with Helio Bisaggio, superintendent of the Brazilian National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels (ANP) to analyze privatizations and changes to the structure of the Brazilian gas market. In November, Pedro Bruno Barros, superintendent of the Institutional Relations and Government Area, explained the BNDES role in structuring concession projects and PPPs to Brazilian states and municipalities.

ENGINEERING COMMITTEE

A group of engineering companies decided to open a new type of construction site: a discussion environment to further spread concepts and techniques widely known by experts, but not always prioritized among public or private clients when decisions are made. An example is the need to invest more time in planning. Our view is to increase effectiveness and delivery of projects, developments and investment programs in the infrastructure sector.

Abdib was the location chosen for the new "construction site", which led us to re-establish the Engineering Committee, in May 2019. Associate companies' professionals are currently divided into three fronts with topics deemed relevant and crucial to change the scenario of missed budgets and deadlines, sudden risks and insufficient planning. The fronts are divided into the following groups: best hiring practices; innovation and technology trends; and last but not least, infrastructure project risk management.

To follow the planned strategy, the members of the Abdib's Engineering Committee decided to conduct an extensive bibliographic research on the topics chosen in order to elaborate technical tests and perform marketing campaigns for

specific public of the infrastructure sector, highlighting the importance of engineering for the development of the infrastructure sector, and consequently, the development of the country.

ENERGY SECTOR STRATEGIC COMMITTEE

In 2019, the Energy Sector Strategic Committee's most discussed topic was the energy sector's modernization model, which is pending in the Brazilian Congress. In addition, an emergency issue was also carefully addressed: the GSF (an indicator that measures hydrological risks for hydroelectric plants). This has been an unsolved topic for years and with a potential risk to cause severe financial imbalances across the industry. The assessments on both topics were discussed with the energy sector's authorities.

Composed of energy companies' CEOs, the group aims to promote long- and short-term structural analyses and proposals encompassing the energy distribution, transmission, generation and sale sectors in an integrated and sustainable way. To that end, topics like planning, regulatory stability, financing, modernization and innovation were part of the agenda of meetings held with the Ministry of Mines and Energy's authorities throughout the year.

Several meetings were held in 2019. On May 2, we held the first meeting with Ricardo Cyrino, former Secretary of the Ministry of Mines and Energy, in São Paulo. On May 21, Bento Albuquerque, Minister of Mines and Energy attended the 2019 Abdib Forum, when he highlighted that the new model of the energy sector will preserve energy safety, prioritizing economic rationality, competitiveness and innovation within a trusted environment. On August 20, at a Brasília hearing, Abdib submitted documents with suggestions for the Minister of Mines and Energy, who was accompanied by Executive Secretary Marisete Dadald and Secretary Ricardo Cyrino.

ENERGY GENERATION COMMITTEE

On November 11, the members of Abdib's Energy Generation Committee attended a Ministry of Economy hearing, in Brasília, to discuss the challenges and benefits of the unused potential of hydroelectric energy for the country. There is approximately 100 GW of hydroelectric energy inventory potential, which could be prepared and structured for concession bidding processes. This meeting meets the committee's mission of working to strengthen Brazil's energy safety, capturing benefits from the use of multiple energy sources available in the country.

The hydroelectric energy development promotes flexibility for Brazil to expand its intermittent solar and wind power supply, allows benefits for irrigation, flood control, human supply and inland navigation, among others. Employment is not created through the construction and operation of projects only, but also through the supply of equipment, as Brazil has a very diversified manufacturing park.

Abdib considers it important to carry out new projects for concession auctions. Regulatory risks currently hinder companies to invest funds in technical, economic and environmental feasibility studies. Other essential aspects include providing more predictability regarding the social and environmental responsibilities of projects and building a more predictable mechanism for economic and social compensations in case of delays to begin plant operations as a result of facts beyond the investors' responsibility.

ENERGY TRANSMISSION COMMITTEE

The Company's Energy Transmission Committee mainly discusses regulatory matters that may decrease productivity and impact on the concessionaires' compensation. The committee's mission is to avoid risks. Therefore,

it constantly assesses the intentions or decisions of public authorities and suggests measures to improve the sectoral model. In general, the works aim to ensure that the sector will remain attractive to new investments; maintain the compensation agreed upon investment decisions; and reestablish the profitability margins in the power transmission companies' tariff revisions.

One of the committee's strategies is to internally study the topics (sometimes for several months) and participate in public consultations and hearings of by the Brazilian Electricity Regulatory Agency (ANEEL). In 2019, Abdib collaborated with written proposals in five ANEEL public hearings - one of the topics addressed was the calculation methodology of the regulatory rate of return on capital. The argument is supported by simulations, practical examples and evidences to corroborate the challenges realized by the concessionaires, in order to comply with future determinations of public authorities.

Based on some topics discussed in the meetings throughout the year, the experts pointed out insufficient reasons, unnecessary costs, high risks or technical difficulties in regulatory and operational initiatives proposed by the regulatory agency. These topics address procedures for georeferencing transmission facilities, requirements for telephone assistance and regulation of high voltage direct current systems.

PUBLIC LIGHTING COMMITTEE

The public lighting sector had 303 projects until June 2019 and surpassed the basic sanitation sector (293 projects), leading PPP projects in Brazil, considering various procedural steps. According to specialists, the challenge is to create conditions for intentions to become projects, projects to become bids and bids to become signed contracts and signed contracts to be complied with in the long term. Projects and agreements mortality rates must be reduced.

With this view, Abdib's Public Lighting Committee provokes discussions around three topics: regulation improvement, good projects available and dissemination of best practices to guide municipal authorities' and private agents' decisions. An example of this effort is the launch of a new good practice guide, with recommendations to standardize drafts of critical documents related to PPPs lighting cycle, such as notices, administrative concession agreements and reference terms to engage an independent PPP verifier.

Together with the Brazilian Electricity Regulatory Agency (ANEEL), for example, Abdib has led technical discussions based on studies conducted in the committee in order to improve the interface among energy distributors, lighting concessionaires and municipal governments, filling regulatory gaps, thereby reducing risks during the investment implementation and network operation phases. We also have initiatives with Inmetro to normalize metering and control devices needed to make planned energy efficiency gains more effective.

ROAD COMMITTEE

Nearly half of the 2019 public consultations and hearings that Abdib attended were related to road concessionaires. The most intense activity stems from regulatory changes made by regulatory agencies in the federal and state levels regarding important issues, such as methodologies to calculate indemnification regarding margin cash flow rate of return, agreement rules and concession notices.

Our aim is to use the associated companies' knowledge and expertise in managing concession agreements to provide regulators with written contributions. This exercise has always been important for the public sector to validate regulatory innovations and idealized contractual mechanisms, as well as to make concession bids

look more attractive to private investments and bidding processes more competitive. In 2019, Abdib's Road Committee prepared proposals for ANTT and Artesp public hearings.

The committee was also dedicated to holding dialogues with public authorities in order to learn about and analyze concession models and programs. The following executives attended the 2019 meetings: Gabriela Engler, Partnership Executive Secretary of the São Paulo State Government ; Marco Aurélio de Barcelos, Secretary of Transportation and Public Works of the Minas Gerais State Government; Luiz Fernando Ururahy de Souza, Road and Civil Aviation Infrastructure Oversight Secretary of the Federal Accounting Court (TCU); Renata Dantas, Institutional Affairs Officer at Artesp; and Diogo Mac Cord, Infrastructure Development Secretary (SDI) of the Federal Government.

RAILROAD COMMITTEE

Similarly to previous years, the expansion of the early renewal program of railroad concessions caught the attention of Abdib's Railroad Committee's entrepreneurs again in 2019. Launched in 2015, there is no contract amendment signed granting another concession term in return for new investments made by concessionaires. The expansion of the São Paulo state railroad network is the most advanced case, with studies and terms approved by the Federal Accounting Court (TCU) on November 27, 2018, more than one year after its filing at the court.

The railroad concession renewal program is relevant. In addition to the São Paulo state railroad network, there are other four cases, (Carajás Railroad, Vitória-Minas Railroad, MRS and Centro Atlântica Railroad). Together with the new projects under development by the Federal Government for future transfer of the operation to the private sector (Ferrogrão and Fiol), these projects may inject R\$62 billion of investments

into the sector. It is an important amount to change the transportation matrix and generate demand for the industry.

The renewals may result in substantial investments to solve urban conflicts in various cities intercepted by railroads. Another important benefit will be the modernization of agreements, thus filling gaps and clarifying rights and duties. Uneconomical stretches could be used for rail or non-rail purposes. There are also relevant industry issues to be addressed, such as the sale or allocation of leased or unleased unusable movable assets and uneconomical stretches for railroads operators.

AIRPORT COMMITTEE

Three days after completion of the auction of the fifth round of federal airports on the São Paulo stock exchange (B3), on March 15, the Federal Government published the notice to engage the next round studies. Both facts created a positive impression among specialists and entrepreneurs, to whom the market showed enthusiasm and validated the auction by means of a block model, mixing assets of different sizes and characteristics.

The high-quality studies, the notice rules and the interaction with the sectoral agents, such as Abdib, were praised. The decision to grant a longer term for competitors' appraisals was successful, as well as other clauses that boosted competitiveness. There are drivers to determine capacity expansion, which are linked to the increase in demand. Different operators, including those with regional strategies, joined the market. This fact was considered relevant as Brazil has continental proportions, and the concession program aims to grant a number of smaller airports.

The committee's specialists dedicated themselves to regulatory topics, such as the

methodology to calculate indemnification amounts related to non-amortized reversible assets in case of early termination due to rebidding process, expiration or bankruptcy of federal airports. Abdib analyzed and submitted proposals to the National Civil Aviation Agency of Brazil (ANAC), which published a resolution at the end of the year.

URBAN MOBILITY COMMITTEE

Abdib's Urban Mobility Committee continues to advocate for the creation of the Transportation Metropolitan Authority in cities and large urban agglomerations, and the signs are promising. On the one hand, a bill that introduces the concept of said federal entity to organize governance among the governments and the public bodies and perform the planning and operation of public transportation services in metropolitan regions and urban agglomerations is pending in the House of Representatives of Brazil. We reached a consensus on the benefits of the proposal at public hearings.

On the other hand, Abdib, which has been working for three years on this topic, is developing an extensive study to provide models for the operation of metropolitan authorities for urban mobility systems in Brazil based on the analysis of international best practices and the needs of local related parties. The study is expected to be concluded in the first half of 2020.

The Transportation Metropolitan Authority exists in several capital cities around the world, but is not present in Brazil yet. It aggregates functions spread across several public entities and allows more efficient planning, system expansion and operation of public passenger transportation services, with increased legal security and regulatory stability. The Transport For London (TfL) is an entity that plays a major role in the urban mobility management in London. In New

York, the Metropolitan Transportation Authority (MTA) plays the same role.

WATER RESOURCES AND BASIC SANITATION COMMITTEE

The Water Resources and Basic Sanitation Committee was the first to meet at Abdib on January 24, 2019. This is because the discussions on the sector's regulatory reform, designed to attract new funding sources and investors in order to accelerate the necessary efforts to universalize services, once again gained speed as a result of the publication of Provisional Presidential Decree 868/2018. Unfortunately, Provisional Presidential Decree 868/2018 lost effect due to lack of voting, similarly to Provisional Presidential Decree 844/2018. However, the work was not wasted, as the discussions continued around Bill 3,261/2019.

The regulation of the basic sanitation sector is currently based on Law 11,445/2007, which took more than 20 years to be formulated and approved. However, just over 10 years into effect showed that the results are below expectations. Over 100 million Brazilians remain with inappropriate sewage collection. With the current investment rate, universalization will only occur 60 years from now.

During the year, Abdib held meetings to analyze the content of Provisional Presidential Decree 868/2018 and Bill 3,261/2019, presented written contributions and held talks with congressmen and members of the federal government. In order to achieve a consensus around the necessary changes, public authorities and business leaders representing the basic sanitation sector attended several meetings. A meeting in September 2019 was attended by Federal Deputy Geninho Zuiliani, rapporteur of Bill 3,261/2019, which was then approved in a special commission and forwarded to the Plenary Session of the Chamber of Deputies.

SOLID WASTE COMMITTEE

Although Abdib's Solid Waste Committee has a broad agenda, its main focus is to define charging mechanisms to ensure lasting and specific revenue for the provision of financially and environmentally sustainability urban cleaning and solid waste services. This focus is reflected in the initiatives carried out in 2019 through studies, positioning for public authorities and technical seminars.

To discuss the importance of charging for the service provision, the committee conducted studies indicating issues and evidences to adopt the proposed solutions, as well as the management and operating models existing in other countries. One of the studies is the Urban Cleaning Sustainability Index (ISLU), currently in its fourth edition. Based on this information, we encourage the adoption of best practices. Another study, conducted in 2019, compares costing models for globally adopted service provision, indicating financially and environmentally sustainable and lasting solutions.

Legal security, legislation and regulation also permeated the Solid Waste Committee's agenda in 2019. One of the topics addressed was the basic sanitation regulatory reform (Bill 3,261/2019), with impacts on the waste area. The bill grants more time for municipalities to eradicate dumps, but conditions such benefit to the creation of a charging model for the service provision. We also monitored relevant issues at the Federal Supreme Court (STF), such as a process regarding the charging of services divisible by tariff and another on the constitutionality of aspects of the Brazilian Forest Code.

INDUSTRY COMMITTEE

Given the lower share of the manufacturing industry in GDP and the global run for investments in innovation and technological

development, in recent years, Abdib's Industry Committee sought to hold discussions and initiatives to assess the competitiveness and productivity of the Brazilian productive structure and pave the way to resume its leading role in the country's economic development. The successful international experiences triggered the debates.

In its several initiatives, the committee sought to lead discussions to enable the formulation of a long-term national industrial policy compatible with the macroeconomic policy, with the engagement of other institutions. In this context, the tax reform was considered crucial for industrial development. In addition, the participants advocated for the expansion of government lines for projects to foster new technologies and innovation.

To accurately analyze the scenarios, we held meetings - many of which in partnership with the International Relations Committee - with the São Paulo State Government's secretaries Henrique Meirelles (Finance and Planning) and Patricia Ellen (Economic Development) to discuss programs to fund and improve the business environment. In addition, we also had the following debates with Jorge Arbache (Development Bank of Latin America - CAF) about financing mechanisms; Igor Calvet (Brazilian Agency for Industrial Development) about plans to foster industrial productivity; and Alexandre Sampaio de Arrochela Lobo (Ministry of Economy) about the impacts of trade agreements between Mercosur and Europe.

CONSELHOS E DIRETORIA

Conselho de Administração

Presidente

Britaldo Soares • Enel

Vice Presidente

Andre Clark • Siemens

Agostinho Serafim Junior • Queiroz Galvão

André Lima De Angelo • Acciona

Benedito Braga • Sabesp

Eduardo de Toledo • CCR

Gustavo Estrella • CPFL

Harry Schmelzer Junior • WEG

Januário Soares Dolores • Camargo Corrêa Infra

José Fábio Januário • Odebrecht

José Roberto Paiva • ABB

Lauro Celidônio Neto • Mattos Filho Advogados

Luiz Sergio Vieira Filho • EY

Marcos Almeida • Brookfield

Mauricio Bähr • Engie

Paulo Godoy • Alupar Investimento

Saulo Alves Pereira Junior • Andrade Gutierrez

Solange Ribeiro • Neoenergia

Viveka Kaitila • GE

Wilson Ferreira Junior • Eletrobras

Equipe Executiva

Venilton Tadini

Presidente-executivo

Ralph Lima Terra

Vice-Presidente Executivo

Nivaldo Tetti

Diretor Administrativo e Financeiro

José Maria de Paula Garcia

Diretor de Comitês Temáticos

Igor Rocha

Diretor de Planejamento e Economia

José Casadei

Diretor de Comunicação

Cintia Torquetto

Diretora de Eventos

Conselho Consultivo

Alberto Dias • ABB

Andre Dabus • Marsh

Andre Dorf • Arteris

Antonio Pargana • Cisa Trading

Carlos José de Souza • Andrade Gutierrez

Carlos Villa • Solvi

César Augusto Ramirez • Isa CTEEP

Claudia Bonelli • Tozzini Freire Advogados

Daniel Carvalho de Mendonça • GE

David Moreira • Patria

Décio de Sampaio Amaral • Ultracargo

Eduardo Viegas • Concremat

Gilson Krause • Promon

Gustavo Barreto • CCR

Gustavo Gachineiro • CPFL

Henrique Zupardo Junior • Megatranz

Jorge Nemr • Leite, Tosto e Barros Advogados

José Carlos Tavares Pereira • WIZ Soluções

José Virgilio Enei • Machado Meyer Advogados

Josedir Barreto • OAS

Julian Thomas • Aliança

Julio Fontana Neto • Rumo

Karla Bertocco • BNDES

Leonardo Nuzzi Barbosa • Voith Hydro

Marcelo Elias • Lockton

Marcelo Santana da Silva • Caixa

Marcos Cintra • Tenaris Confab

Mario Westphalen • Tsea Energia

Massimo Guala • Salini Impregilo

Mauricio Endo • KPMG

Michel Boccaccio • Alstom

Miguel Noronha • Barbosa Mello Participações

Miguel Setas • EDP

Renato Meirelles Neto • CAF

Renato Sucupira • BF Capital

Rogério Tavares • Aegea

Sergio Parada • Andritz Hydro

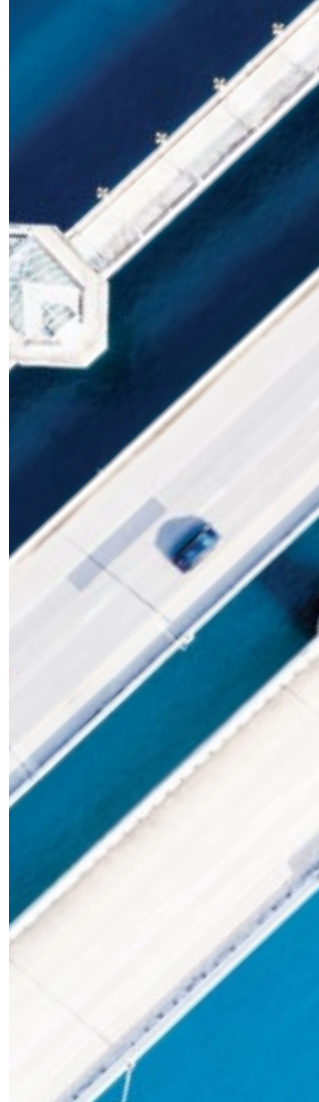
Teresa Vernaglia • BRK Ambiental

Thomas Felsberg • Felsberg Advogados

Valdery Albuquerque • Fator

COMPANHIAS ASSOCIADAS

ABB
 Acciona Infraestructuras
 Aegea Saneamento e Participações
 Aliança Navegação e Logística
 Alstom Brasil Energia e Transporte
 Alupar Investimento
 Andrade Gutierrez
 Andritz Hydro Brasil
 Arcadis Logos
 Arena BSB SPE
 Aroeira Salles Advogados
 Arteris
 Azevedo Sette Advogados Associados
 Banco Fator
 Barbosa Mello Participações e Investimentos
 BDO RCS Auditores Associados
 BF Capital Assessoria em Operações Financeiras
 BNDES
 BR Infra Group
 BRK Ambiental
 Brookfield Brasil
 CAF Brasil Indústria e Comércio
 Caixa Econômica Federal
 Camargo Corrêa Infra
 Cascione, Pulino, Boulous & Santos
 CCR
 CEMIG – Cia. Energética de Minas Gerais
 CISA Trading
 Companhia Paulista de Desenvolvimento - CPD
 Concremat Engenharia e Tecnologia
 Construtora Norberto Odebrecht
 Construtora OAS
 Construtora Queiroz Galvão
 Conter Construções e Comércio
 Cotrin Construtora Trindade
 CPFL Energia
 CSO Ambiental de Salto SPE
 ISA CTEEP
 Dal Pozzo Advogados
 DDSA Advogados
 Delta Comercializadora de Energia
 Demarest Advogados
 Desenvolve SP
 DT Engenharia de Empreendimentos
 EDP Energias do Brasil
 Egis Engenharia e Consultoria
 Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras
 Enel Distribuição São Paulo
 Enfil Controle Ambiental
 Engetec Construções e Montagens
 Engie Brasil Participações
 EY
 ETEO Empresa Transmissão de Energia do Oeste
 Fator Seguradora
 Felsberg e Pedretti Consultores Legais
 Furnas Centrais Elétricas
 Galvão Participações
 General Electric Energy do Brasil
 GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração
 GS Inima Brasil
 Heleno & Fonseca Construtécnica
 Houer Consultoria e Concessões
 Intertechne Consultores Associados
 Invepar
 Itazi Engenharia
 Itron Soluções para Energia e Água
 J.P. Morgan
 KPMG Corporate Finance
 LCA Consultores
 Leite, Tosto e Barros Advogados Associados
 Lockton Brasil Consultoria e Corretora de Seguros
 Machado, Meyer, Sandacz e Opice Advogados
 Madrona Advogados
 Magna Engenharia
 Manesco, Ramires, Perez, Soc. Advogados
 Marsh Corretora de Seguros
 Mattos Filho Advogados
 Megatranz Transportes
 Motta Fernandes Advogados
 Muller, Altit Advogados
 Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental
 Neoenergia
 Norte Energia
 Nuclep – Nuclebrás Equipamentos Pesados
 PAR Riscos Especiais | WIZ Soluções
 Patria Infraestrutura Gestão de Recursos
 Pinheiro Neto Advogados
 Primav Construções e Comércio
 Promon Engenharia
 Radar PPP
 Repume Repuxação e Metalúrgica
 Roadis Brasil Participações de Infraestrutura
 Rumo
 Sabesp – Cia. Saneamento Básico do Estado de SP
 Salini Impregilo SPA
 Saneamento Ambiental Águas do Brasil
 Sete – Soluções e Tecnologia Ambiental
 Siemens
 Socicam Infraestrutura e Participações
 Solvi Participações
 State Grid Brazil Holding
 Taesa – Transmissora Aliança de Energia Elétrica
 Tarobá Engenharia e Negócios
 Tauli & Chequer Advogados
 Technip Fmc
 Tenaris Confab
 Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados
 TSEA Energia
 TÜV Rheinland Serviços Industriais
 Ultrapar Participações
 Una Consultoria Econômica
 Vinci Airports
 VLI Multimodal
 Voith Hydro
 Weg Equipamentos Elétricos





**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DA INFRAESTRUTURA E
INDÚSTRIAS DE BASE**

Praça Monteiro Lobato, 36
cep: 05506-030
Butantã - São Paulo-SP
Tel.: 11 3094-1950
Fax: 11 3094-1970
abdib@abdib.org.br
www.abdib.org.br

